



BANCO
MERCANTIL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

MARÇO DE 2026

Senhoras e Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil do Brasil S.A., bem como as demonstrações consolidadas abrangendo as empresas do conglomerado.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A conjuntura global foi caracterizada pelo acirramento de conflitos geopolíticos e de tensões comerciais. Neste contexto, projeções iniciais indicam crescimento anual do PIB da ordem de 3,0%, ante 3,3% em 2025. Contudo, impactos negativos prolongados sobre cadeias globais de suprimento poderão levar a uma desaceleração importante do comércio internacional e no crescimento econômico global.

A economia brasileira apresentou crescimento moderado no primeiro trimestre. Projeções recentes indicam expansão anual do PIB da ordem de 1,8%, inferior aos 2,3% observados em 2025.

A atividade econômica segue sustentada, principalmente, pelo setor de serviços, mas indicadores de atividade recentes apontam também para gradual desaceleração deste setor.

A indústria apresentou recuperação no início do ano, com desempenho positivo em janeiro e fevereiro, mas no bimestre acumulou perdas de 0,2% na comparação com igual bimestre de 2025 (últimos dados de mercado). O comércio também mostrou desaceleração no período na comparação com 2025 (queda de 0,5%), refletindo menor dinamismo do consumo.

A manutenção da taxa de juros Selic elevada (14,75% a.a.) continua impactando negativamente o crédito, o consumo e o investimento. Do lado positivo, a inflação nos últimos doze meses findos em março posicionou-se em 4,14%, abaixo do teto da meta governamental anual de 4,5%, mas sujeita a grandes incertezas advindas do cenário internacional.

O saldo das operações de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN) totalizou R\$ 7.215,2 bilhões, crescimento de 1,2% no trimestre, ante 1,8% em igual trimestre de 2025. As provisões para risco de crédito encerraram o trimestre em 7,8%, ante 7,4% em dezembro de 2025.

• Gestão do Capital e de Riscos - Basileia III

A Estrutura de Gerenciamento de Capital está alinhada ao modelo de negócios e ao perfil de riscos da Instituição, permitindo avaliação robusta das necessidades de capital para sustentar o crescimento projetado. Essa abordagem também favorece uma visão prospectiva, antecipando eventuais demandas de capital decorrentes de mudanças nas condições de mercado.

Os limites operacionais são apurados de forma consolidada, e o índice de adequação do capital (conforme as diretrizes de Basileia III) atingiu 16,0%, bem acima do mínimo regulatório de 10,5%, já considerando o adicional de capital principal. Informações detalhadas podem ser consultadas na Nota Explicativa nº 21.

• Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

O Banco possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo destinados à prevenção e combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

Talentos e Cultura

No trimestre, o Banco Mercantil deu continuidade aos tradicionais investimentos em melhoria das práticas de gestão de pessoas e na implementação de inovações estratégicas voltadas para a saúde preventiva, experiência do colaborador e eficiência operacional.

Política de Equidade – Informações Consolidadas

O Mercantil e controladas dispõem de Política de Equidade de que trata o §6º do artigo 133 da Lei nº 6.404/1976.

Neste contexto, a política de contratação do Banco e controladas (Mercantil) dispõe que o processo de indicação deverá considerar pessoas com características e perfis diferentes, visando a complementaridade de competências e a diversidade, como critérios de gênero, raça e idade, entre outros. Como resultado desta política tem-se o seguinte cenário:

- Programas como Vagas 50+ e ações de sensibilização sobre inclusão.
- Adoção de modelo de trabalho híbrido (aplicável à sede) e melhorias na acessibilidade;
- Proporção de mulheres superior a 50%:

Exercício / Gênero	Mulheres	Homens	Total
31/12/2025	2.133	1.652	3.785
31/03/2026	2.200	1.645	3.845

Contratação e Níveis Hierárquicos

No primeiro trimestre de 2026, 138 mulheres foram contratadas, representando 57,02% do total de contratações. A distribuição por níveis hierárquicos foi a seguinte:

Nível Hierárquico / Gênero	31/03/2026		31/12/2025	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Diretoria	15,63%	84,37%	16,00%	84,00%
Superint/Gerente/Consult	36,80%	63,20%	36,29%	63,71%
Coord/Superv/Espec	37,66%	62,34%	37,61%	62,39%
Administrativo	48,04%	51,96%	47,42%	52,58%
Comercial	59,01%	40,99%	58,17%	41,83%
Operacional	63,36%	36,64%	63,06%	36,94%
Estagiário	60,46%	39,54%	61,64%	38,36%
Total Geral	56,26%	43,74%	55,86%	44,14%

Remuneração Equitativa

Atrair e reter os melhores talentos é fundamental para o Mercantil. Por isto, a política de remuneração, construída com base nas melhores práticas do mercado e em ferramentas globais, reflete esse compromisso.

Nosso compromisso com a equidade salarial é contínuo. A tabela abaixo demonstra a remuneração média, segregada por sexo, para cargos de responsabilidade e complexidade similares:

(Em R\$)

31/03/2026	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Superint/Gerente/Consult	19.256,79	21.302,08	11.590,81	9.602,47
Coord/Superv/Espec	13.594,82	14.935,19	8.627,73	9.383,35
Administrativo	6.695,62	7.861,88		150,00
Comercial	5.818,37	6.843,17	3.647,01	4.306,68
Operacional	3.379,02	3.472,68	1.585,12	1.622,89
Estagiário	2.520,51	2.530,89		

31/12/2025	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Superint/Gerente/Consult	19.566,41	21.159,87	11.301,42	10.259,96
Coord/Superv/Espec	13.559,33	14.669,55	9.706,62	10.357,46
Administrativo	6.855,35	8.025,29	1.980,11	2.717,64
Comercial	5.830,47	6.849,99	4.621,65	5.230,54
Operacional	3.368,35	3.448,27	2.005,80	2.005,57
Estagiário	2.536,31	2.527,55		

O Mercantil acredita que “Diferenças Somam”, promovendo um ambiente de trabalho mais humano, empático e colaborativo. Essa abordagem fortalece o respeito às particularidades dos colaboradores e impulsiona soluções inovadoras para a empresa.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

• Ativos

O Ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 37,4 bilhões. As disponibilidades e demais instrumentos financeiros alcançaram R\$ 34,2 bilhões, 91,4% do Ativo total.

O caixa e equivalentes de caixa somam R\$ 7,4 bilhões (19,8% do ativo total) e são utilizados para o gerenciamento de compromissos de curto prazo. Estão compostos por disponibilidades de R\$ 1,2 bilhão e aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 6,2 bilhões.

Os principais ativos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam R\$ 1,5 bilhão (4,1% do ativo total) e são compostos por Letras Financeiras do Tesouro (R\$ 1,4 bilhão), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (R\$ 36,7 milhões), Certificados de Recebíveis Imobiliários (R\$ 17,1 milhões), dentre outros menos relevantes.

Nos ativos financeiros ao valor justo no resultado, vale destacar aplicações em cotas de fundo imobiliário de R\$ 42,3 milhões e em fundo de investimentos em direitos creditórios de R\$ 35,1 milhões.

Os ativos financeiros reconhecidos ao custo amortizado posicionaram-se em R\$ 31,3 bilhões (83,9% do ativo total) e estão representados, basicamente, por Depósitos no Banco Central do Brasil, Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Operações de Crédito e Outros Créditos.

As aplicações interfinanceiras de liquidez perfazem R\$ 6,2 bilhões (16,5% do ativo total) e estão representados, basicamente, por títulos públicos federais.

As operações de crédito e outros créditos alcançaram R\$ 25,2 bilhões (67,5% do ativo total), com expansão de 6,2% no trimestre, apesar do cenário adverso no período. Todo esse crescimento, com evidente qualidade, representa o resultado direto de uma estratégia bem definida e bem executada, com o trabalho de uma equipe obstinada por superar desafios. As provisões para perdas esperadas somam R\$ 1,2 bilhão (4,6%).

As principais linhas de crédito representam R\$ 24,4 bilhões (97,0%) da carteira de crédito e estão assim segmentadas e com os seguintes percentuais sobre a carteira de crédito: empréstimo consignado R\$ 18,2 bilhões (72,3%); crédito pessoal R\$ 3,4 bilhões (13,6%), empréstimo Saque FGTS R\$ 2,5 bilhões (9,7%); e Capital de Giro R\$ 352,3 milhões (1,4%). Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 7.4.

- **Passivos**

Captação de Recursos

Os passivos financeiros registrados ao custo amortizado estão representados por captações no mercado interno no montante de R\$ 32,4 bilhões, dos quais R\$ 20,1 bilhões são provenientes de depósitos a prazo, recursos de aceites e emissão de títulos R\$ 8,7 bilhões, obrigações por operações vinculadas a cessões de R\$ 1,6 bilhão e instrumentos de dívida elegível a capital R\$ 1,1 bilhão, dentre outros menos relevantes. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 14.

As captações através de letras financeiras posicionaram-se em R\$ 8,2 bilhões. Desse total, R\$ 1,1 bilhão estão contabilizadas na rubrica do Passivo “Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital” de que trata a Resolução CMN nº 4.955/2021, dos quais R\$ 444,7 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R\$ 315,9 milhões como Capital Complementar.

- **Patrimônio Líquido, Resultado e Dividendos**

O Patrimônio Líquido do Banco Múltiplo posicionou-se em R\$ 3,0 bilhões, ante R\$ 2,3 bilhões em dezembro de 2025. No trimestre, o Lucro Líquido foi de R\$ 273,1 milhões e houve a incorporação do capital social subscrito e integralizado de R\$ 498,5 milhões. Informações adicionais estão disponíveis na nota explicativa 17.1.

Resultados

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 2,5 bilhões (crescimento de 40,4%). Estão representadas, basicamente, por receitas de operações de crédito de R\$ 2,1 bilhões e resultado de títulos e valores mobiliários de R\$ 269,5 milhões.

As Despesas da Intermediação Financeira somam R\$ 1,1 bilhão (crescimento de 55,2%) e estão compostas, basicamente, por despesas com operações de captação no mercado.

O Resultado Líquido das Perdas Esperadas com Ativos Financeiros alcançou R\$ 1,0 bilhão (crescimento de 6,4%).

As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 371,9 milhões (crescimento de 83,5%).

As despesas de pessoal posicionaram-se em R\$ 231,2 milhões e as despesas administrativas somaram R\$ 396,7 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 18.2 e 18.3.

O Lucro Líquido alcançou R\$ 273,1 milhões, ante R\$ 240,5 milhões em igual trimestre de 2025, crescimento de expressivos 13,5%.

Dividendos

No período, os dividendos declarados/provisionados aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, totalizam R\$ 65,1 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 17.3.

PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações, investimentos e outros eventos relacionados às empresas controladas encontram-se detalhadas nas notas explicativas 2.2 e 11.

No trimestre, ocorreu o fechamento do capital da Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, nos termos da oferta pública para aquisição de ações ordinárias e preferenciais da Companhia deferida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 15 de janeiro de 2026, e atos complementares nos termos das normas de regência. Informações adicionais estão disponíveis no site www.mercantildobrasil.com.br.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL (IFRS)

O Banco, em cumprimento a determinações da Resolução CMN 4.818/2020, está divulgando também as suas demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, referentes ao período findo em 31/03/2026. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas na Nota Explicativa nº 22.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, o Mercantil e suas empresas controladas informam que os serviços não relacionados à auditoria externa, quando contratados, fundamentam-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionais que preservam a independência e objetividade do auditor independente. No trimestre, os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram exclusivamente serviços de auditoria externa.

Belo Horizonte, maio de 2026.

Administração



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercantil do Brasil S.A. e do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Rua dos Inconfidentes, 911, 17º e 18º, Soinco Business Center,
Belo Horizonte, MG, Brasil, 30140-128
T: +55 (11) 4004-8000



Banco Mercantil do Brasil S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 05 de maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by

Luis Carlos Matias Ramos

Signed By: LUIS CARLOS MATIAS RAMOS 602076428

CNP: 10001708/00

Registro: 05.06.2026 | 16:27:58RT

© ICP-Brasil. OJ: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB

C: ICP

Model: AC_SCFMGA_RFB-V1

2071422200410

Luis Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Banco		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades	4	1.211.940	1.045.456	1.232.194	1.063.077
Instrumentos Financeiros		32.606.658	30.923.534	32.936.063	31.498.611
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5	1.344.974	1.236.775	1.523.859	1.423.798
Títulos e Valores Mobiliários	5.1	1.344.974	1.236.775	1.523.859	1.423.798
Ao valor justo por meio do resultado	6	-	-	81.271	88.141
Títulos e Valores Mobiliários	6.1	-	-	81.271	88.141
Ao custo amortizado	7	31.261.684	29.686.759	31.330.933	29.986.672
Depósitos no Banco Central do Brasil	7.1	877.293	1.185.771	877.293	1.185.771
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.2	6.491.860	5.401.998	6.170.166	5.236.643
Títulos e Valores Mobiliários	7.3	469.445	1.055.108	-	630.199
Operações de Crédito e Outros Créditos	7.4.a)	24.566.421	23.028.084	25.196.873	23.721.846
(Provisão para perdas esperadas)	7.4.e)	(1.156.652)	(993.646)	(1.169.713)	(1.007.013)
Outros Ativos Financeiros	7.6	13.317	9.444	256.314	219.226
Ativos Fiscais	8	1.619.092	1.552.580	1.755.384	1.665.098
Correntes	8.1	207.869	217.622	289.877	271.084
Diferidos	8.2	1.411.223	1.334.958	1.465.507	1.394.014
Outros valores e bens	9	46.776	65.832	46.776	46.870
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	9.1	46.776	46.870	46.776	46.870
Investimentos Mantidos para Venda	9.2	-	18.962	-	-
Outros Ativos	10	495.597	389.175	534.994	428.774
Investimentos	11	1.233.693	1.058.227	22.950	23.073
Imobilizado	12	546.303	564.787	604.773	625.119
Intangível	13	209.448	210.953	210.964	212.558
Total do Ativo		37.969.507	35.810.544	37.344.098	35.563.180

(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Banco		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos e demais instrumentos financeiros		33.184.818	31.061.335	32.370.712	30.601.989
Passivos Financeiros ao custo amortizado	14	33.184.818	31.061.335	32.370.712	30.601.989
Depósitos	14.1	21.252.711	21.335.019	20.858.672	21.121.503
Captações no Mercado Aberto	14.2	48.117	42.999	18.326	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.3	7.097.612	5.588.408	8.699.924	7.197.741
Relações Interfinanceiras		84.075	98.466	84.075	98.466
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	7.5	3.628.140	3.042.851	1.635.466	1.230.108
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	14.4	1.064.295	949.675	1.064.295	949.675
Outros Passivos Financeiros		9.868	3.917	9.954	4.496
Provisões	15	322.805	303.797	339.222	322.798
Passivos Fiscais		163.488	784.592	224.209	836.836
Correntes	8.4	138.454	768.663	193.137	814.922
Diferidos		25.034	15.929	31.072	21.914
Outros Passivos	16	1.313.613	1.370.777	1.389.509	1.472.267
Patrimônio Líquido	17	2.984.783	2.290.043	3.020.446	2.329.290
Capital Social	17.1	952.710	807.203	952.710	807.203
(Ações em Tesouraria)	17.1	(3.830)	(3.830)	(3.830)	(3.830)
Reservas de Capital	17.2	398.706	43.375	398.706	43.375
Reservas de Lucros	17.2	1.444.514	1.444.514	1.444.514	1.444.514
Outros Resultados Abrangentes		(1.501)	(1.219)	(1.501)	(1.219)
Lucros Acumulados		194.184	-	194.184	-
Participação dos Não Controladores		-	-	35.663	39.247
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		37.969.507	35.810.544	37.344.098	35.563.180

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro líquido por ação)

	Nota	Banco		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receitas da Intermediação Financeira		2.476.303	1.748.644	2.463.976	1.755.004
Operações de Crédito	7.4.d)	2.075.417	1.551.153	2.107.634	1.585.928
Resultado de Operações de Câmbio		53	-	53	-
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	5.1.d)/6.1.d)/ 7.2.b)/7.3.c)	314.062	209.329	269.518	180.461
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.2.c)	68.374	(12.688)	68.374	(12.688)
Resultado das Aplicações Compulsórias		18.397	850	18.397	1.303
Despesas da Intermediação Financeira	14.5	(1.117.558)	(729.627)	(1.065.957)	(686.935)
Resultado líquido da Intermediação Financeira		1.358.745	1.019.017	1.398.019	1.068.069
Perdas esperadas de ativos financeiros		(377.363)	(109.379)	(376.957)	(108.530)
Perda esperada com operações de crédito	7.4.e)	(377.363)	(109.379)	(376.957)	(108.530)
Resultado líquido da perda esperada de ativos financeiros		981.382	909.638	1.021.062	959.539
Outras receitas (despesas) operacionais	18	(706.866)	(637.523)	(663.698)	(644.933)
Receitas de Prestação de Serviços	18.1	105.731	59.327	371.899	202.710
Resultado de Participações em Controladas	11.1	172.313	114.857	-	-
Despesas de Pessoal	18.2	(199.045)	(176.040)	(231.230)	(196.415)
Despesas Administrativas	18.3	(403.193)	(300.448)	(396.722)	(299.448)
Despesas Tributárias	18.4	(72.017)	(56.497)	(106.923)	(72.998)
Outras Receitas Operacionais	18.5	64.691	40.312	77.566	46.092
Outras Despesas Operacionais	18.6	(300.873)	(275.858)	(303.804)	(280.344)
Reversões / (Despesas) de Provisões	18.7	(74.473)	(43.176)	(74.484)	(44.530)
Resultado antes dos impostos		274.516	272.115	357.364	314.606
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.3	(1.416)	(31.571)	(79.764)	(69.729)
Provisão para Imposto de Renda		(31.024)	(20.920)	(82.060)	(35.897)
Provisão para Contribuição Social		(29.402)	(13.848)	(46.819)	(20.045)
Ativo Fiscal Diferido		59.010	3.197	49.115	(13.787)
Participação dos não controladores		-	-	(4.500)	(4.333)
Lucro Líquido do Período		273.100	240.544	273.100	240.544
Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais)					
Ações ordinárias		2,2135	2,3022		
Ações preferenciais		2,2135	2,3022		
Lucro Líquido Atribuído (em reais - R\$ mil)					
Ações ordinárias		186.050	150.003		
Ações preferenciais		87.050	90.541		
Número de Ações em Circulação - básico e diluído					
Ações ordinárias		84.052.790	65.155.744		
Ações preferenciais		39.327.336	39.327.336		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	(Em milhares de reais)			
	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Lucro Líquido do Período/Exercício	273.100	240.544	273.100	240.544
Outros Resultados Abrangentes	(282)	(5.925)	(282)	(5.925)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o Resultado	(282)	(5.925)	(282)	(5.925)
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	773	1.218	(633)	(11.206)
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - De Controladas	(707)	(6.595)	-	-
Efeito Fiscal	(348)	(548)	351	5.281
Resultado abrangente Total do Período/Exercício	272.818	234.619	272.818	234.619
Lucro Atribuível ao Controlador	272.818	234.619	268.318	230.286
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores	-	-	4.500	4.333

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
			Legal	Estatutárias						
Saldos em 31/12/2025	807.203	43.375	194.036	1.250.478	(1.219)	-	(3.830)	2.290.043	39.247	2.329.290
Aumento de Capital	145.507	352.997	-	-	-	-	-	498.504	-	498.504
Plano de Outorga de Ações	-	2.334	-	-	-	-	-	2.334	-	2.334
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(282)	-	-	(282)	-	(282)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	273.100	-	273.100	4.500	277.600
Variação de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.084)	(8.084)
Destinações:										
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados	-	-	-	-	-	(78.916)	-	(78.916)	-	(78.916)
Saldos em 31/03/2026	952.710	398.706	194.036	1.250.478	(1.501)	194.184	(3.830)	2.984.783	35.663	3.020.446
Mutações do Período	145.507	355.331	-	-	(282)	194.184	-	694.740	(3.584)	691.156
Saldos em 31/12/2024	807.203	43.375	156.370	1.078.349	6.839	-	(3.830)	2.088.306	37.925	2.126.231
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	(358.491)	-	(358.491)	(195)	(358.686)
Absorção dos efeitos da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/2021	-	-	-	(358.491)	-	358.491	-	-	-	-
Saldos em 01/01/2025	807.203	43.375	156.370	719.858	6.839	-	(3.830)	1.729.815	37.730	1.767.545
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(5.925)	-	-	(5.925)	-	(5.925)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	240.544	-	240.544	4.333	244.877
Variação de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.922)	(3.922)
Destinações:										
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados	-	-	-	-	-	(69.509)	-	(69.509)	-	(69.509)
Saldos em 31/03/2025	807.203	43.375	156.370	719.858	914	171.035	(3.830)	1.894.925	38.141	1.933.066
Mutações do Período	-	-	-	(358.491)	(5.925)	171.035	-	(193.381)	216	(193.165)

⁽¹⁾ Ajustes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – Método Indireto

	(Em milhares de reais)			
	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	274.516	272.115	357.364	314.606
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	339.785	88.840	506.346	204.380
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	78.883	48.423	79.100	50.138
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	377.363	109.379	376.957	108.530
Provisão / (Reversão) para Perdas em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	94	(220)	94	(220)
Depreciações e Amortizações	61.233	51.431	63.681	52.620
Atualizações Monetárias Ativas	(7.809)	(5.638)	(20.320)	(10.836)
Resultado de Participações em Controladas	(172.313)	(114.857)	-	-
Plano de Outorga de Ações	2.334	-	2.334	-
(Ganho) / Perda na Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	(210)	-	(210)
(Ganho) / Perda na Alienação de Imobilizado de Uso	-	25	-	25
Perda de Capital em Controlada	-	507	-	-
Resultado de Participação dos Não Controladores	-	-	4.500	4.333
Variações em Ativos e Passivos	266.022	107.580	(99.314)	47.987
(Aumento) / Redução em Ativos				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(20.526)	123.276	(94)	(34.007)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	540.650	17.096	581.334	200.854
Depósitos Compulsórios no Banco Central	308.478	83.529	308.478	83.529
Operações de Crédito e Outros Créditos	(1.752.694)	(1.631.421)	(1.689.284)	(1.677.624)
Outros Ativos Financeiros	(3.873)	(17.187)	(37.088)	(40.819)
Ativos Fiscais	(7.502)	30.852	(41.171)	27.620
Outros Ativos	(113.956)	17.829	(85.900)	17.514
(Redução) / Aumento em Passivos				
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	2.027.453	1.644.852	1.672.693	1.667.200
Provisões	(59.875)	10.280	(62.676)	10.153
Passivos Fiscais	(640.920)	10.941	(648.721)	6.164
Outros Passivos	29.397	(168.757)	(4.100)	(182.243)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(40.610)	(13.710)	(92.785)	(30.354)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	880.323	468.535	764.396	566.973
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	212.426	21	230.579	21
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	3.510	-	3.510
Alienação de Investimentos Mantidos para Venda	18.962	-	-	-
Alienação de Investimentos	852	104	-	105
Alienação de Imobilizado	35	26	34	26
Alienação de intangível	6.517	-	6.519	-
Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(275.187)	(236.512)	(275.187)	(236.512)
Aquisição de Investimentos	(4.712)	-	123	-
Aquisição de Imobilizado	(6.250)	(12.400)	(6.806)	(13.318)
Aquisição de Intangível	(27.787)	(22.336)	(27.788)	(22.336)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	15.343	86.485	-	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	(59.801)	(181.102)	(72.526)	(268.504)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	96.030	53.541	96.030	53.541
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(179.236)	(114.314)	(183.858)	(115.108)
Aumento de Capital	498.504	-	498.504	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	415.298	(60.773)	410.676	(61.567)
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	1.235.820	226.660	1.102.546	236.902
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período/Exercício	6.047.489	3.860.702	6.296.974	3.934.842
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período/Exercício	7.283.309	4.087.362	7.399.520	4.171.744
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	1.235.820	226.660	1.102.546	236.902

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	(Em milhares de reais)			
	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
1 - RECEITAS	1.894.016	1.419.870	2.158.196	1.570.402
Intermediação Financeira	2.476.303	1.748.644	2.463.976	1.755.004
Prestação de Serviços	105.731	59.327	371.899	202.710
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(377.363)	(109.379)	(376.957)	(108.530)
Outras	(310.655)	(278.722)	(300.722)	(278.782)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.117.558)	(729.627)	(1.065.957)	(686.935)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(341.247)	(248.298)	(332.322)	(246.071)
Materiais, Energia e Outros	(15.432)	(12.294)	(16.767)	(12.686)
Serviços de Terceiros	(178.000)	(117.268)	(165.806)	(117.257)
Outros	(147.815)	(118.736)	(149.749)	(116.128)
Comunicações	(3.979)	(2.885)	(3.979)	(2.966)
Processamento de Dados	(85.990)	(62.354)	(84.496)	(58.865)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(21.445)	(16.781)	(22.715)	(17.002)
Serviços do Sistema Financeiro	(4.321)	(6.676)	(4.521)	(6.770)
Transportes	(13.444)	(13.005)	(13.444)	(13.019)
Seguros	(7.969)	(7.139)	(8.183)	(7.331)
Outros	(10.667)	(9.896)	(12.411)	(10.175)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	435.211	441.945	759.917	637.396
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(61.233)	(51.431)	(63.681)	(52.620)
Depreciações e Amortizações	(61.233)	(51.431)	(63.681)	(52.620)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	373.978	390.514	696.236	584.776
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	172.313	114.857	-	-
Resultado de Participações em Controladas	172.313	114.857	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	546.291	505.371	696.236	584.776
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	546.291	505.371	696.236	584.776
Pessoal	171.965	153.914	198.462	171.181
Remuneração Direta	135.503	121.621	159.496	137.206
Benefícios	29.618	26.047	31.545	27.353
FGTS	6.844	6.246	7.421	6.622
Impostos, Taxas e Contribuições	100.513	110.194	219.455	167.961
Federais	95.213	105.862	206.595	159.694
Estaduais	4	2	13	4
Municipais	5.296	4.330	12.847	8.263
Remuneração de Capitais de Terceiros	713	719	719	757
Aluguéis	713	719	719	757
Remuneração de Capitais Próprios	273.100	240.544	277.600	244.877
Juros sobre o Capital Próprio	78.916	69.509	78.916	69.509
Lucros Retidos do Período/Exercício	194.184	171.035	194.184	171.035
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	4.500	4.333

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (Mercantil ou Banco) é uma companhia aberta autorizada a atuar como banco múltiplo e dispõe de ampla variedade de produtos e serviços disponibilizados através de canais digitais e físicos, por intermédio de sua rede de 352 Pontos de Atendimento. Atua diretamente e indiretamente por meio de suas controladas nas mais diversas modalidades de crédito, com destaque para operações de crédito consignado, crédito pessoal, crédito pessoal com garantia do FGTS e nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, distribuição e intermediação de valores, bem como na venda de seguros e serviços complementares de *marketplace*. A sede do Banco e seu local principal de negócios estão localizados na Avenida do Contorno, 5800 – 11º ao 15º andar, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de março de 2026 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas nos termos do art. 176, §4º, da Lei nº 6.404/76. Para elaboração das demonstrações financeiras em R\$ mil, exceto quando especificado de outra forma, de maneira geral, considera-se o arredondamento (1 para cima e 1 para baixo), seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração conforme estabelece o art. 5º da Resolução 4.966/21.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil em 05/05/2026.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de março de 2026 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente (Consolidado), relacionadas abaixo:

Controladas direta e indiretamente:	Sigla	Participação	Participação
		% 31/03/2026	% 31/12/2025
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	BMI	92,53	92,53
Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ^(II)	Financeira	96,04	95,31
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ^(IV)	MBC	-	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	MBD	100,00	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. ^(I)	Domo	99,16	99,16
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	COSEFI	100,00	100,00
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	SANSA	100,00	100,00
MB FII – Fundo de Investimento Imobiliário ^(V)	MB FII	100,00	100,00
OPEA SPE 01 - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	OPEA	100,00	100,00
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A. ^(V)	MACS	99,56	99,56
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	Bem Aqui	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	Marketplace	100,00	100,00
Altavis Plataforma de Bem Estar Ltda. ^{(III) (V)}	Altavis	95,00	95,00
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda. ^{(III) (V)}	Dente Vitta	95,00	95,00
Geração Saber Cursos Livres Ltda. ^{(III) (V)}	Geração Saber	95,00	95,00
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda. ^{(III) (V)}	Maturitec	95,00	95,00
Viva Notícias Ltda. ^{(III) (V)}	Viva	95,00	95,00
Assistência Pet Nacional Ltda. ^{(III) (V)}	Pet Nacional	90,00	90,00
Assistência Conecta Saúde Ltda. ^{(III) (V)}	Conecta Saúde	95,00	95,00
Total Assistência Previdenciária Ltda. ^{(III) (V)}	Total Prev	95,00	95,00
Plataforma fidelidade e benefícios LTDA ^{(III) (V)}	Plat. Fidelidade	95,00	-
Lar Assistência Ltda ^{(III) (V)}	Lar Assit.	95,00	-

^(I) Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (vide nota nº 11.1).

^(II) Em 19 de fevereiro de 2026, após o processo de Oferta Pública de Aquisição (OPA) de ações de emissão de sua controlada Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, e o cancelamento de seu registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM, o Banco adquiriu as ações em circulação detidas por acionistas minoritários pelo preço unitário de R\$ 15,72. Essa movimentação societária, que incluiu o resgate compulsório das ações remanescentes aprovado em Assembleia Geral Especial, resultou no aumento da participação direta e indireta do Banco no capital social total da controlada, elevando o percentual de 95,31% para 96,04%. Em 26 de março de 2026 foi aprovado o resgate compulsório das sobras de ações, liquidado pela Mercantil Financeira em 08 de abril de 2026 e simultaneamente as ações foram canceladas. O Banco passou a deter a partir desta data 100% das ações.

^(III) Empresas controladas pela Marketplace que foram constituídas para complementar o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema do público 50+ do Banco.

^(IV) Em 14/01/2026 o Banco Mercantil concluiu a operação de alienação da totalidade da participação societária detida na Mercantil do Brasil Corretora S.A. CTVM (“MB Corretora”, “controlada”), correspondente a 99,99% do capital social da controlada, à vista, em condições usuais de mercado e em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis.

^(V) Controladas Indiretamente.

2.3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Apresentação de demonstração por segmentos operacionais

A apresentação das informações por segmentos é consistente com o Planejamento Estratégico e Mercadológico, através do qual o Banco toma decisões para alocação de recursos e investimentos, que têm como foco principal os Segmentos Financeiro, que operam crédito em suas diversas modalidades, *Marketplace* que complementa o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema 50+, entre outros segmentos constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário, de securitização e tecnologia da informação.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Conversão de moeda estrangeira

• Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As informações contábeis do Banco e suas empresas Controladas, diretas ou indiretamente, estão apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

• Operações em Moeda Estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras, quando ocorrem, consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 31 de março de 2026, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,2194 (em 31 de dezembro de 2025, US\$ 1,00 = R\$ 5,5024).

d) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual o Banco administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPJ Test*), cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente ao valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão e são mensurados, subsequentemente, ao valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao Valor justo por meio do resultado, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados ao Valor justo por meio do resultado são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando houver passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Derivativos

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, os Instrumentos Financeiros Derivativos podem ser classificados de acordo com a sua natureza nas seguintes categorias:

- **Hedge de valor justo** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;
- **Hedge de fluxo de caixa** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e

- **Hedge de investimento líquido em operação no exterior** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada desta operação, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte.

(vi) Reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros

O Banco reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos cedidos são transferidos a terceiros:

- **Cessão de créditos com retenção substancial dos riscos e benefícios** - as operações cedidas permanecem registradas no ativo do Banco e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são reconhecidas no resultado pelo prazo remanescente das operações.
- **Cessão de créditos sem retenção substancial dos riscos e benefícios** - as operações cedidas são baixadas do ativo do Banco. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é reconhecido no resultado do período.

A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação dos respectivos valores, quando expiram os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa, ou quando são transferidos os direitos de recebimento desses fluxos de caixa juntamente com a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são liquidadas, canceladas, resgatadas ou expiram.

(vii) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados de ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Nível 1:** são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

- **Nível 3:** são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

(viii) Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

- **Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

O Banco mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios do Resolução CMN nº 4.966/21, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- **Estágio 1 – Ativos Realizáveis:** Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- **Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa:** Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- **Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis:** É caracterizado pelo atraso superior a 90 dias e/ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Nesse estágio, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa ao ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

Metodologia de Provisionamento

O Banco adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais, com critérios distintos, de apuração da provisão:

- **Créditos avaliados individualmente:** Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- **Créditos avaliados coletivamente:** Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são

aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os parâmetros de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Adicionalmente em atendimento à Resolução BCB nº 352/2023, o nível de provisão das operações de crédito deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na tabela contemplada no Anexo I da Resolução, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

Critérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito do Banco é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como "Cura".

Reconhecimento da Receita de Juros

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida proporcionalmente ao prazo decorrido, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa.

No Estágio 3, estão registradas as operações com perspectiva de problema de liquidez (Ativos Problemáticos). Neste estágio, o reconhecimento da receita de juros é interrompido. Nos casos em que a operação deixar de ser classificada como um ativo com problema de recuperação de crédito, levando em conta os critérios de Cura, o reconhecimento poderá ser retomado, de forma prospectiva, seguindo o método de juros efetivos.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- **Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes**

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

e) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

A partir de 1º de janeiro de 2026, em conformidade com a Lei Complementar nº 214/2025, teve início o período de teste da Reforma Tributária com a incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) à alíquota de 0,9% e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) à alíquota de 0,1%. Os valores recolhidos a título de CBS e IBS em 2026 são compensáveis com os montantes devidos de PIS e COFINS no mesmo período de apuração, mantendo a neutralidade da carga tributária neste exercício.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Lei Complementar nº 224/2025.

Os impostos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, conforme a Resolução CMN nº 4.842/20 e a Resolução BCB nº 15/20. O reconhecimento e a mensuração desses ativos consideram os efeitos da Lei nº 14.467/22, alterada pela Lei nº 15.078/2024, que disciplina a dedutibilidade das perdas por redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros em 1/84 avos mensais para o estoque de perdas apurado na transição para a Resolução CMN nº 4.966. Os ativos fiscais diferidos são apresentados no ativo não circulante, seguindo as diretrizes da Resolução BCB nº 2/20.

- f) **Ativos não financeiros mantidos para venda**

São compostos por bens imóveis, máquinas, equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, direcionados para venda ou recebidos por dação em pagamento.

Estão reconhecidos, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.747/19, pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do respectivo bem.

Os ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

- g) **Imobilizado**

- **Imóveis para renda**

Os Imóveis para renda ou propriedades para investimento referem-se a terrenos e empreendimentos constituídos pelas Controladas do Banco. Estão registrados pelo custo de aquisição e são depreciados com base na vida útil do ativo.

- **Imobilizado de uso**

O Imobilizado de uso está apresentado ao custo ajustado pela depreciação, calculada com base na vida útil dos bens. Os valores residuais, a vida útil e o valor recuperável dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

- **Imobilizado de Arrendamento**

Em 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução nº 4.975/21, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras.

O Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis, utilizados operacionalmente na forma de agências e postos de atendimento. Estão reconhecidos a valor presente nas Demonstrações Financeiras do Banco como "Bens de direito de uso" em contrapartida às "Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos" que correspondem ao saldo a pagar dos arrendamentos registrados a valor presente. Os bens de direito de uso são depreciados com base na vida útil do ativo. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Outras Despesas Operacionais, no Resultado.

h) Intangível

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são registrados ao custo de aquisição. A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base na vida útil atribuída ao bem, que está definida, basicamente, entre 3 e 5 anos, conforme o caso.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o Banco realiza análise para verificar se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável. Neste caso é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) em contrapartida com o resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é considerada praticamente certa, o que ocorre, usualmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas (trânsito em julgado). Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações fiscais, trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos como provisão quando existe um provável desembolso de recursos para liquidar a obrigação, desde que os valores envolvidos possam ser estimados com confiança.

k) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 17.4).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

l) Pagamentos baseados em ações

Os planos de pagamento baseados em ações são outorgados pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. a seus diretores e colaboradores-chave. Tais planos são classificados como pagamento baseado em ações liquidado em instrumento patrimonial. O valor justo na data da outorga é reconhecido como despesa de pessoal, com correspondente aumento no patrimônio líquido (reservas de capital), durante o período em que os beneficiários adquirem o direito aos prêmios (*vesting period*).

m) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, deliberados, provisionados e pagos aos acionistas, e os recebidos ou a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma: (i) Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados; e (ii) Os juros sobre o capital próprio a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a

recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento. Adicionalmente, sobre o montante dos juros sobre o capital próprio a pagar, o Banco atua como responsável tributário pela retenção e recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), cuja alíquota foi majorada para 17,5% nos termos da Lei Complementar nº 224/2025, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2026.

n) Planos de Benefícios

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

o) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes, quando ocorrem, são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados com as atividades típicas do Banco ou são relacionados, mas não estão previstos de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

p) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

As estimativas contábeis são revisadas periodicamente e têm seus montantes reconhecidos na data base da revisão, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- **Provisão para Perdas Esperadas (*Impairment*):** o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos Ativos e Passivos Financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possuem informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** as contingências do Banco são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito e estudos internos cuja modelagem aplicada resulta numa melhor avaliação de contingências massificadas; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja considerado provável que as instituições terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

2.4. Normas aplicáveis a períodos futuros

Em complemento à Resolução CMN nº 4.966/2021, a Resolução CMN nº 5.146/2024 faculta o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados até 31 de dezembro de 2026, facultade esta que foi adotada pelo Banco Mercantil.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 5.100/2023, o Banco Mercantil postergará para 1º de janeiro de 2027 a aplicação dos novos requerimentos de Contabilidade de Hedge (*Hedge Accounting*).

A Resolução CMN nº 5.185/2024 consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A referida norma, em seu Art. 12-A, estabelece a criação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS:

- I. Pronunciamento Técnico CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade; e
- II. Pronunciamento Técnico CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima.

A Resolução CMN nº 5.252/2025 uniformiza o tratamento contábil aplicável aos ativos e passivos decorrentes de ações de sustentabilidade. Dessa forma, a partir de janeiro de 2027, o Banco Mercantil passará a reconhecer, mensurar e evidenciar tais ativos e passivos de sustentabilidade em conformidade com as diretrizes vigentes.

A Instituição permanece avaliando e analisando os impactos das normas mencionadas, com previsão de conclusão até as respectivas datas de entrada em vigor.

2.5. Reclassificação de Informações Comparativas

Para fins de melhor comparabilidade, os saldos de reversão de provisão relativos a 31 de março de 2025 foram reclassificados conforme segue:

DRE	Banco		
	Original	Reclassificação	Reclassificado
Despesa de Pessoal	(161.457)	(14.583)	(176.040)
Outras Receitas Operacionais	25.729	14.583	40.312
Lucro Líquido	240.544	-	240.544

DRE	Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reclassificado
Despesa de Pessoal	(181.832)	(14.583)	(196.415)
Outras Receitas Operacionais	31.509	14.583	46.092
Lucro Líquido	240.544	-	240.544

3. Demonstração por Segmentos Operacionais

A apresentação das informações por segmentos é conforme segue:

Balanco Patrimonial	Financeiras ^(I)	Intermediação de Seguros e Negócios	Marketplace ^(II)	Outros ^(III)	Eliminações	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades	1.211.940	92	83	20.259	(180)	1.232.194	1.063.077
Instrumentos financeiros	33.336.442	156.033	246.536	2.125.482	(2.928.430)	32.936.063	31.498.611
Ativos fiscais	1.691.282	46.138	12.440	5.524	-	1.755.384	1.665.098
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	46.776	-	-	-	-	46.776	46.870
Outros ativos	536.715	10.568	11.821	703	(24.813)	534.994	428.774
Investimentos	516.325	15.832	12.047	1.940	(523.194)	22.950	23.073
Imobilizado	546.368	54.672	796	2.937	-	604.773	625.119
Intangível	209.448	-	1.508	8	-	210.964	212.558
Ativo Total	38.095.296	283.335	285.231	2.156.853	(3.476.617)	37.344.098	35.563.180
Passivos financeiros	33.225.241	-	-	1.604.637	(2.459.166)	32.370.712	30.601.989
Provisões	336.991	2.036	-	195	-	339.222	322.798
Passivos fiscais	183.277	21.026	18.893	1.013	-	224.209	836.836
Outros passivos	1.330.477	56.563	(1.623)	28.905	(24.813)	1.389.509	1.472.267
Patrimônio Líquido	3.019.310	203.710	267.961	522.103	(992.638)	3.020.446	2.329.290
Passivo Total	38.095.296	283.335	285.231	2.156.853	(3.476.617)	37.344.098	35.563.180

DRE	Financeiras ⁽ⁱ⁾	Intermediação de Seguros e Negócios	Marketplace ⁽ⁱⁱ⁾	Outros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Eliminações	31/03/2026	31/03/2025
Receitas da Intermediação Financeira	2.504.200	3.503	6.933	106.789	(157.449)	2.463.976	1.755.004
Despesas da Intermediação Financeira	(1.120.065)	-	-	(58.805)	112.913	(1.065.957)	(686.935)
Resultado Líquido da Intermediação Financeira	1.384.135	3.503	6.933	47.984	(44.536)	1.398.019	1.068.069
(-) Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	(376.957)	-	-	-	-	(376.957)	(108.530)
Resultado Líquido da Perda Esperada de Ativos Financeiros	1.007.178	3.503	6.933	47.984	(44.536)	1.021.062	959.539
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(722.511)	112.473	109.211	(1.819)	(161.052)	(663.698)	(644.933)
Receita de Prestação de Serviços	106.525	153.714	131.958	11.982	(32.280)	371.899	202.710
Resultado de Participações em Controladas	160.614	268	170	-	(161.052)	-	-
Despesas de Pessoal	(205.847)	(17.357)	(2.759)	(5.267)	-	(231.230)	(196.415)
Outras Despesas Administrativas	(409.439)	(6.168)	(8.070)	(5.230)	32.185	(396.722)	(299.448)
Despesas Tributárias	(74.230)	(18.776)	(11.275)	(2.642)	-	(106.923)	(72.998)
Outras Receitas Operacionais	76.056	1.331	113	91	(25)	77.566	46.092
Outras Despesas Operacionais	(301.709)	(534)	(926)	(753)	118	(303.804)	(280.344)
Reversões / (Despesas) de Provisões	(74.479)	(5)	-	-	-	(74.484)	(44.530)
Resultado antes dos impostos	284.669	115.976	116.144	46.165	(205.590)	357.364	314.606
IR e CS	(10.958)	(40.579)	(27.685)	(542)	-	(79.764)	(69.729)
Participações dos não Controladores	(611)	-	(3.888)	-	(1)	(4.500)	(4.333)
Lucro Líquido	273.100	75.397	84.571	45.623	(205.591)	273.100	240.544

⁽ⁱ⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽ⁱⁱ⁾ Marketplace e suas empresas que complementam o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema 50+.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos segmentos de securitização e tecnologia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades	1.211.940	1.045.456	1.232.194	1.063.077
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.071.369	5.002.033	6.167.326	5.233.897
Aplicações no mercado aberto–Posição bancada ⁽¹⁾	6.040.184	4.969.857	6.136.141	5.201.721
Aplicações em depósitos interfinanceiros	31.185	32.176	31.185	32.176
Total	7.283.309	6.047.489	7.399.520	6.296.974

⁽¹⁾ Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da operação é igual ou inferior a 90 dias e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estão apresentadas como "Posição bancada" - Nota 7.2.

5. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

5.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Banco	Custo Amortizado	Marcação a Mercado	Perda Esperada	Valor justo/ Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	1.342.633	2.029	-	1.344.662
Debêntures	520	-	(208)	312
Total em 31/03/2026	1.343.153	2.029	(208)	1.344.974
Total em 31/12/2025	1.235.521	1.256	(2)	1.236.775

Consolidado	Custo Amortizado	Marcação a Mercado	Perda Esperada	Valor justo/ Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	1.453.301	2.258	-	1.455.559
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	39.660	(28)	(2.968)	36.664
Certificado de Recebíveis Imobiliários	20.422	(3.262)	(29)	17.131
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	7.696	-	(13)	7.683
Nota Comercial	3.801	-	(12)	3.789
Debêntures	4.797	(1.529)	(235)	3.033
Total em 31/03/2026	1.529.677	(2.561)	(3.257)	1.523.859
Total em 31/12/2025	1.434.448	(1.928)	(8.722)	1.423.798

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por vencimento

Prazo	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Até 1 ano	138.770	297.153	161.798	326.734
De 1 a 2 anos	187.009	197.354	190.831	197.480
De 2 a 3 anos	90.535	72.730	119.582	99.971
De 3 a 4 anos	388.049	42.014	389.744	54.205
De 4 a 5 anos	261.866	627.524	375.900	737.641
Acima de 5 anos	278.745	-	286.004	7.767
Total	1.344.974	1.236.775	1.523.859	1.423.798

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais feeders). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos

ou em função dos mesmos não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidas e utilizadas no mercado financeiro nacional.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, independente do processo de precificação à mercado, conforme definido na política institucional.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é como segue:

Banco	31/12/2025	Ganhos/ Perdas	Transferências	31/03/2026
Estágio 1	(2)	-	2	-
Debêntures	(2)	-	2	-
Estágio 3	-	(206)	-	(206)
Debêntures	-	(206)	(2)	(206)
Total	-	(206)	(2)	(208)

Consolidado	31/12/2025	Ganhos/ Perdas	Liquidações	Transferências	31/03/2026
Estágio 1	(3.098)	(4)	176	2.734	(192)
Debênture	(33)	(1)	5	-	(29)
Nota Comercial - TVM	(13)	-	1	-	(12)
CRA	(3.009)	(2)	167	2.734	(110)
CDCA	(13)	-	1	-	(12)
CRI	(30)	(1)	2	-	(29)
Estágio 2	-	(123)	-	(2.734)	(2.857)
CRA	-	(123)	-	(2.734)	(2.857)
Estágio 3	(5.624)	(206)	5.624	(2)	(208)
CRA	(5.624)	-	5.624	-	-
Debênture	-	(206)	-	(2)	(208)
Total	(8.722)	(333)	5.800	(2)	(3.257)

d) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	44.977	40.069	55.945	52.881
Total	44.977	40.069	55.945	52.881

6. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

6.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Consolidado	31/03/2026	31/12/2025
Cotas de Fundo Imobiliário	42.277	43.668
Fundo de investimentos em direitos creditórios	35.146	34.909
Fiagro	948	906
Funcine	1.570	1.609
Cotas de Fundo de Investimento	392	379
Fundo de Investimento em Cotas	938	901
Cotas de Fundo de Participação de Negociação e Membro de Compensação	-	5.769
Total	81.271	88.141

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado por vencimento

Consolidado	31/03/2026	31/12/2025
Indeterminado	46.125	53.232
Até 1 ano	18.294	17.861
De 2 a 3 anos	16.852	17.048
Total	81.271	88.141

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As Cotas dos Fundos de Investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

c) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Descrição	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Ao valor justo por meio do Resultado	1.680	1.322
Total	1.680	1.322

6.2. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas, e estão classificados de acordo com a intenção da Administração de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21.

São utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos mantidos com intenção de negociação, ou destinados a *hedge* de outros elementos da Carteira *Trading*, que não possuem limitação de sua negociabilidade. Já na carteira bancária são mantidos os derivativos destinados às operações estruturais, não classificados como de negociação.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* são apurados através da estimativa do fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os Instrumentos financeiros derivativos do Banco e Consolidado são como segue:

a) Instrumentos financeiros derivativos

Por indexador	Valor de Referência		Valor Justo	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Contrato de Futuro – DI ⁽ⁱ⁾ Posição passiva Taxa de Juros	8.980.811	10.661.764	8.974.847	10.664.889
Contrato de Futuro – Mini-Índice ⁽ⁱⁱ⁾ Posição ativa – Ibovespa	717	1.881	735	1.911
Contrato de Futuro – Dólar ⁽ⁱⁱⁱ⁾ Posição passiva - Moeda estrangeira	1.306	131	1.321	132
Total	8.982.834	10.663.776	8.976.903	10.666.932

⁽ⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger exposições prefixadas indexadas ao DI.

⁽ⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Mini-Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as exposições cambiais do Banco, apuradas diariamente a valor de mercado, e ajustadas na B3.

Por Vencimento	De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Referencial
Contrato de Futuro – DI	-	6.374.976	2.605.835	8.980.811
Contrato de Futuro – Mini-Índice	717	-	-	717
Contrato de Futuro – Dólar	1.306	-	-	1.306
Total em 31/03/2026	2.023	6.374.976	2.605.835	8.982.834
Total em 31/12/2025	2.012	-	10.661.764	10.663.776

b) Contabilização de *Hedge* (*Hedge Accounting*)

O Mercantil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de valor justo

<i>Hedge</i> de valor justo	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Objeto de <i>Hedge</i> – Carteira de Ativos ⁽ⁱ⁾	3.645.435	9.829.219	3.652.451	9.859.797
Instrumento de <i>Hedge</i> – Taxa de Juros	3.652.449	9.859.791	3.652.449	9.859.791

⁽ⁱ⁾ A operação de *Hedge Accounting* com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as operações de crédito prefixadas do Banco (vide nota nº 7.4.).

A efetividade das operações de *Hedge Accounting* é verificada através do índice de *hedge*, que é medido pela relação entre a quantidade do instrumento de *hedge* e do item protegido (objeto de *hedge*), em termos de sua ponderação relativa, além da avaliação qualitativa da relação de proteção, alinhado com a estratégia de gerenciamento de riscos da Instituição.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos, no Banco e Consolidado, são registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos” conforme segue:

Descrição	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Futuro – DI	242.880	(174.639)	68.241
Contrato de Futuro – Dólar	334	(206)	128
Contrato de Futuro – Mini-Índice	167	(162)	5
Total em 31/03/2026	243.381	(175.007)	68.374
Total em 31/03/2025	49.607	(62.295)	(12.688)

7. Instrumentos Financeiros ao custo amortizado

7.1. Depósitos no Banco Central do Brasil

Os Depósitos no Banco Central do Brasil, no Banco e Consolidado, são como segue:

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Conta de Pagamento Instantâneo	366.089	511.085
Depósito a Prazo	480.740	639.321
Depósito de Poupança	20.630	21.093
Direcionamento Microcrédito	9.084	9.272
Reservas Compulsórias em espécie no Banco Central	750	5.000
Total	877.293	1.185.771

7.2. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Aplicações no mercado aberto	6.069.974	4.999.999	6.136.141	5.201.721
Posição bancada	6.040.184	4.969.857	6.136.141	5.201.721
Letras do Tesouro Nacional - LTN	60.209	2.669.858	89.999	2.700.000
Nota do Tesouro Nacional - NTN	4.479.990	2.299.999	4.479.990	2.299.999
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.499.985	-	1.499.985	-
Títulos Privados	-	-	66.167	201.722
Posição financiada	29.790	30.142	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	29.790	30.142	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	421.886	401.999	34.025	34.922
Total	6.491.860	5.401.998	6.170.166	5.236.643
Circulante	6.393.493	5.360.153	6.167.326	5.194.798
Não circulante	98.367	41.845	2.840	41.845

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo "Captação no Mercado Aberto – Carteira de Terceiros" (vide nota nº 14.2), que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de terceiros.

b) Resultado com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Aplicações no mercado aberto	186.367	96.666	186.367	96.667
Posição bancada	184.475	95.317	184.475	95.318
Posição financiada	1.892	1.349	1.892	1.349
Aplicações em depósitos interfinanceiros	24.867	27.307	11.974	16.135
Total	211.234	123.973	198.341	112.802

7.3. Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado:

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Títulos Externos Soberanos	-	630.199	-	630.199
Debêntures	469.445	424.909	-	-
Total	469.445	1.055.108	-	630.199

b) Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado por vencimento:

Prazo	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Até 1 ano	-	630.199	-	630.199
Acima de 5 anos	469.445	424.909	-	-
Total	469.445	1.055.108	-	630.199

Os Títulos e Valores Mobiliários, encontram-se registrados e custodiados conforme suas especificidades e jurisdições. Os Títulos Nacionais estão registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os Títulos Externos Soberanos encontram-se custodiados na Euroclear.

O valor de custo dos títulos classificados ao custo amortizado é apurado com base no valor de aquisição, atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo. Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários estão sujeitos à apuração de perdas de crédito esperadas, utilizando metodologia específica e modelos de risco conforme definido na política institucional.

c) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Ao custo amortizado	57.851	45.287	13.552	13.456
Total	57.851	45.287	13.552	13.456

7.4. Operações de Crédito e Outros Créditos

a) Composição da carteira por produtos

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Empréstimos e Financiamentos	24.317.624	22.753.873	24.751.537	23.221.312
Empréstimo Consignado ⁽ⁱ⁾	18.161.242	16.685.891	18.223.766	16.754.540
Empréstimo Saque FGTS	2.086.634	2.240.491	2.456.573	2.637.606
Crédito Pessoal	3.417.944	3.157.040	3.417.944	3.157.040
Capital de Giro	352.356	365.603	352.356	365.603
Cheque Especial	94.292	94.533	94.292	94.533
Cartão de Crédito	26.692	27.505	26.692	27.505
Conta Garantida	22.769	19.877	22.769	19.877
Outros Empréstimos e Financiamentos	155.695	162.933	157.145	164.608
Outros Créditos	241.781	243.633	438.320	469.956
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	140.564	143.334	140.245	142.906
Devedores por compra de valores e bens	45.247	47.098	45.247	47.098
Titulos e créditos a receber	55.970	53.201	252.828	279.952
Subtotal	24.559.405	22.997.506	25.189.857	23.691.268
Ajuste a valor de mercado Operações de crédito objeto de <i>Hedge</i> ⁽ⁱⁱ⁾	7.016	30.578	7.016	30.578
Total	24.566.421	23.028.084	25.196.873	23.721.846

⁽ⁱ⁾ Compreende operações de Empréstimo Consignado INSS, Público e Privado.

⁽ⁱⁱ⁾ O Banco possui operação de *Hedge Accounting* com o objetivo de proteger parte da carteira de crédito Prefixada frente às oscilações de mercado. (vide nota nº 6.2.). A operação de *Hedge* é realizada para o Empréstimo Consignado e Empréstimo Saque FGTS.

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

Vencimento	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Curso Normal	23.091.700	21.701.332	23.712.321	22.384.834
Até 1 ano	9.136.160	8.606.792	9.442.127	8.944.505
De 1 ano até 5 anos	11.181.921	10.455.235	11.474.020	10.776.023
Acima de 5 anos	2.773.619	2.639.305	2.796.174	2.664.306
Curso Anormal	1.467.705	1.296.174	1.477.536	1.306.434
Parcelas vincendas	944.055	823.552	951.721	831.762
Até 1 ano	539.514	467.153	542.183	469.987
De 1 ano até 5 anos	380.492	306.163	385.451	311.477
Acima de 5 anos	24.049	50.236	24.087	50.298
Parcelas vencidas	523.650	472.622	525.815	474.672
Até 1 ano	507.673	458.257	509.632	460.222
De 1 ano até 5 anos	15.977	14.365	16.183	14.450
Total	24.559.405	22.997.506	25.189.857	23.691.268

c) Movimentação da carteira por estágio

Banco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	21.833.157	295.339	869.010	22.997.506
Constituição / Reversão	1.644.587	38.296	45.416	1.728.299
Transferência para Estágio 1	30.307	(29.609)	(698)	-
Transferência para Estágio 2	(199.638)	200.068	(430)	-
Transferência para Estágio 3	(110.372)	(147.201)	257.573	-
Baixa para prejuízo	-	-	(166.400)	(166.400)
Saldo em 31/03/2026	23.198.041	356.893	1.004.471	24.559.405

Consolidado	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	22.516.283	296.809	878.176	23.691.268
Constituição / Reversão	1.581.885	38.170	45.336	1.665.391
Transferência para Estágio 1	30.328	(29.617)	(711)	-
Transferência para Estágio 2	(200.082)	201.145	(1.063)	-
Transferência para Estágio 3	(110.501)	(147.523)	258.024	-
Baixa para prejuízo	-	-	(166.802)	(166.802)
Saldo em 31/03/2026	23.817.913	358.984	1.012.960	25.189.857

d) Receitas de Operações de Crédito e Outros Créditos

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Rendas de empréstimos	2.072.552	1.550.038	2.095.442	1.584.725
Rendas de financiamentos	847	853	847	941
Outros Créditos	2.018	262	11.345	262
Total	2.075.417	1.551.153	2.107.634	1.585.928

e) Movimentação das perdas esperadas por estágios

Banco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	133.125	115.508	745.013	993.646
Constituição / Liquidação	16.680	98.147	213.939	328.766
Transferência para Estágio 1	10.543	(10.002)	(541)	-
Transferência para Estágio 2	(3.833)	4.171	(338)	-
Transferência para Estágio 3	(2.710)	(64.945)	67.655	-
Baixa para prejuízo	-	-	(165.760)	(165.760)
Saldo em 31/03/2026	153.805	142.879	859.968	1.156.652

Consolidado	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	139.501	116.050	751.462	1.007.013
Constituição / Liquidação	16.322	98.142	214.397	328.861
Transferência para Estágio 1	10.556	(10.006)	(550)	-
Transferência para Estágio 2	(3.846)	4.595	(749)	-
Transferência para Estágio 3	(2.715)	(65.043)	67.758	-
Baixa para prejuízo	-	-	(166.161)	(166.161)
Saldo em 31/03/2026	159.818	143.738	866.157	1.169.713

As Perdas esperadas de ativos financeiros está apresentada pelo conceito de perda ampliada que inclui a Recuperação de créditos baixados para prejuízo e Descontos concedidos que somados geraram um efeito no resultado de R\$ 48.597 (R\$ 9.910 em 31 de março de 2025) no Banco e R\$ 48.097 (R\$ 9.197 em 31 de março de 2025) no Consolidado.

O Banco avalia a evidência objetiva de perdas em Empréstimos e Financiamentos de Clientes de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (vide nota nº 2.4.d.viii).

7.5. Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios são registradas na carteira de crédito.

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

O Banco dispõe de operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios configuradas pela coobrigação nas cessões de crédito, ou pela subscrição de séries subordinadas em estruturas de securitização de recebíveis.

O valor das operações cedidas e das obrigações assumidas são como segue:

Descrição	Banco		Consolidado	
	Operações de Créditos Cedidas	Obrigações Assumidas	Operações de Créditos Cedidas	Obrigações Assumidas
Cessão de Crédito – OPEA ⁽ⁱ⁾	2.026.372	1.992.674	-	-
Cessão de Crédito - Outras ⁽ⁱⁱ⁾	2.244.592	1.635.466	2.244.592	1.635.466
Total em 31/03/2026	4.270.964	3.628.140	2.244.592	1.635.466
Total em 31/12/2025	3.508.969	3.042.851	1.665.074	1.230.108

⁽ⁱ⁾ Operação de cessão de direitos creditórios sem coobrigação e com retenção de riscos onde o Banco adquiriu 100% das cotas subordinadas das Debêntures através da sociedade securitizadora de objeto específico que tem como lastro direitos creditórios de crédito consignado cedidos pelo Banco Mercantil.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, a operação de cessão de direitos creditórios com características de retenção substancial de riscos e benefícios em operação estruturada que tem como lastro direitos creditórios cedidos pelo Banco Mercantil.

7.6. Outros Ativos Financeiros

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Títulos e Créditos a receber ⁽¹⁾	5.113	5.050	248.110	214.337
Pagamentos e Recebimentos a liquidar	7.269	1.116	7.269	1.116
Negociação e Intermediação de Valores	935	3.278	935	3.773
Total	13.317	9.444	256.314	219.226
Circulante	13.223	4.453	142.443	12.156
Não circulante	94	4.991	113.871	207.070

⁽¹⁾ Refere-se, no consolidado, basicamente, à Direitos Creditórios e Precatórios a receber e registraram provisão no montante de R\$ 5.894 e R\$ 7.200, em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

8. Ativos e Passivos Fiscais

8.1. Ativos Fiscais Correntes – Impostos a Compensar

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
IRPJ/CSLL - repetição indébito ⁽¹⁾	11.783	28.964	17.935	36.693
IRPJ / CSLL ⁽¹⁾	615	615	44.080	43.319
Impostos e contribuições retidos na fonte	45.108	67.991	63.692	59.304
Antecipação IRPJ/CSLL	148.543	118.231	162.350	129.948
Outros	1.820	1.821	1.820	1.820
Total	207.869	217.622	289.877	271.084
Circulante	120.519	215.231	201.113	266.899
Não circulante	87.350	2.391	88.764	4.185

⁽¹⁾ O Banco é titular de valores a compensar sob amparo de ação judicial transitado em julgado que foi objeto de Decisão em julgamento de mérito no Tema 962 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2021 e parecer (SEI 11469/2022) da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a exclusão dos juros da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

8.2. Ativos Fiscais Diferidos – Créditos Tributários

a) Composição e movimentação dos créditos tributários

Banco	31/12/2025	Constituição	Realização	31/03/2026
Diferenças temporárias	881.852	464.359	(358.427)	987.784
Provisão para perda esperada	698.792	148.226	(86.766)	760.252
Provisão para Contingências	122.527	35.121	(26.890)	130.758
MTM	-	-	-	-
Outras diferenças temporárias	60.533	281.012	(244.771)	96.774
Prejuízo Fiscal / Base Negativa ⁽¹⁾	453.106	-	(29.667)	423.439
Total	1.334.958	464.359	(388.094)	1.411.223

Consolidado	31/12/2025	Constituição	Realização	31/03/2026
Diferenças temporárias	905.206	466.614	(363.766)	1.008.054
Provisão para perda esperada	707.264	149.560	(87.312)	769.512
Provisão para Contingências	127.469	35.213	(27.405)	135.277
MTM	1.476	692	-	2.168
Outras diferenças temporárias	68.997	281.149	(249.049)	101.097
Prejuízo Fiscal / Base Negativa ⁽¹⁾	488.708	75	(31.330)	457.453
MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾	100	-	(100)	-
Total	1.394.014	466.689	(395.196)	1.465.507

⁽ⁱ⁾ Refere-se à Transação Tributária Individual não recorrente, de 23 de dezembro de 2025, celebrada pelo Banco em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com relação a todos os processos administrativos e judiciais tributários relacionados às controvérsias:(i) sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, nos termos da Lei nº 9.718/98, e (ii) sobre a incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção monetária do Balanço Patrimonial – IPC/89. A Transação Tributária foi firmada com amparo na Lei 13.988/20 e Portaria PGFN 6.757/22, com modificações posteriores, e contemplou os benefícios legais aplicáveis, com desconto negociado de 58,8%. A celebração do acordo reflete a estratégia do Banco Mercantil na gestão de riscos fiscais e o principal objetivo da transação foi a regularização ampla de controvérsias jurídicas, promovendo maior previsibilidade, segurança jurídica e eficiência na alocação de capital, com efeitos positivos sobre a qualidade e a sustentabilidade dos resultados futuros.

⁽ⁱⁱ⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

Em conformidade com o § 2º, inciso V do artigo nº 20 da Resolução BCB nº 02/2020, os ativos fiscais diferidos são apresentados no ativo não circulante.

b) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 2.158-35/01, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20. Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme segue:

Banco	Diferenças Temporárias	Prejuízo fiscal e Base negativa	31/03/2026	31/12/2025
2026	151.492	-	151.492	523.795
2027	513.077	123.685	636.762	271.282
2028	95.597	264.054	359.651	312.262
2029	57.662	35.700	93.362	57.662
2030 a 2032	169.956	-	169.956	169.957
Total	987.784	423.439	1.411.223	1.334.958
Valor Presente	718.077	299.286	1.017.363	958.958

Consolidado	Diferenças Temporárias	Prejuízo fiscal e Base negativa	31/03/2026	31/12/2025
2026	154.569	5.108	159.677	534.383
2027	518.511	131.014	649.525	281.864
2028	97.342	273.371	370.713	323.248
2029	58.761	46.439	105.200	69.501
2030 a 2032	178.871	1.521	180.392	185.018
Total	1.008.054	457.453	1.465.507	1.394.014
Valor Presente	731.256	323.165	1.054.421	997.186

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de março de 2026, no Consolidado, o saldo de adições temporárias, bem como prejuízos fiscais e base negativa, sobre os quais não foram registrados créditos tributários montam em R\$ 183 da Controlada Mercantil Admini. Corretagem de Seguros S.A.

8.3. Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Resultado antes dos impostos	274.516	272.115	357.364	314.606
Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com alíquotas vigentes ⁽¹⁾	(123.532)	(122.452)	(134.680)	(126.068)
Ajustes no cálculo dos tributos				
Participação em controladas	77.530	51.686	-	-
Juros sobre o capital próprio	35.512	31.279	35.512	31.279
Outros valores	9.074	7.916	19.404	25.060
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.416)	(31.571)	(79.764)	(69.729)

⁽¹⁾ Alíquotas vigentes: (i) A Provisão para imposto de renda das empresas do Grupo é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240; e (ii) a contribuição social é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% para o Banco e BMI; 15% para as demais Instituições Financeiras e 9% para as empresas comerciais que compõem o Consolidado.

8.4. Passivos Fiscais Correntes

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Transação Tributária ⁽¹⁾	-	671.321	-	686.777
IRPJ/CSLL	28.314	-	59.651	11.882
IRRF s/ salários e serviços de terceiros	56.131	32.667	68.939	40.004
PIS	3.510	4.352	5.052	6.003
COFINS	21.602	26.781	28.847	34.655
Outros	28.897	33.542	30.648	35.601
Total - Circulante	138.454	768.663	193.137	814.922

⁽¹⁾ Refere-se ao saldo a pagar da Transação Tributária em 31 de dezembro de 2025.

9. Outros valores e bens

9.1. Ativos não financeiros mantidos para venda

a) Composição dos Ativos não financeiros mantidos para venda, no Banco e Consolidado

Descrição	Custo	Provisão	31/03/2026	31/12/2025
Imóveis	64.341	(17.565)	46.776	46.870
Total	64.341	(17.565)	46.776	46.870

b) Movimentação dos Ativos não financeiros mantidos para venda, no Banco e Consolidado:

Descrição	Imóveis
Saldo em 31/12/2025	46.870
Adições	-
Baixas	-
(-) Constituição / (+) Reversão de Provisão	(94)
Saldo em 31/03/2026	46.776

Os ativos e passivos mantidos para venda estão apresentados pelo seu valor justo, mensurado utilizando-se informações adotadas pelo mercado, como os preços de vendas recentes em negócios semelhantes.

9.2. Investimentos mantidos para venda

	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Mercantil do Brasil Corretora S.A. CTVM ("MBC") ⁽ⁱ⁾ (vide nota nº 11)	-	18.962	-	18.962
Total	-	18.962	-	18.962

⁽ⁱ⁾ O Banco realizou a reclassificação do saldo do Investimento na MBC. O Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças foi celebrado em 18 de dezembro de 2025 e o fechamento da Operação ocorreu em 14 de janeiro de 2026. O investimento mantido para venda foi avaliado pelo valor do patrimônio líquido da investida em 31 de dezembro de 2025. O valor justo mensurado considerando o valor patrimonial na data da celebração do contrato e o preço da Operação superou o patrimônio líquido da MBC. Nenhum valor foi registrado como provisão para perda.

10. Outros Ativos

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Despesas antecipadas (vide nota nº10.1.)	119.012	129.028	129.883	137.867
Devedores por Depósitos em Garantia (vide nota nº15.b)	116.775	121.678	131.918	139.457
Adiantamentos ao FGC	113.619	-	114.302	-
Cartão de Crédito ⁽ⁱ⁾	62.893	62.452	62.899	62.461
Devedores Diversos-País	39.807	32.081	49.223	58.150
Outros	43.491	43.936	46.769	30.839
Total	495.597	389.175	534.994	428.774
Circulante	181.278	165.744	199.463	180.990
Não circulante	314.319	223.431	335.531	247.784

⁽ⁱ⁾ Refere-se, aos valores a receber, referente a compras realizadas com cartão de crédito pelos clientes do Mercantil.

10.1. Despesas antecipadas

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Propaganda e publicidade ⁽ⁱ⁾	74.007	83.175	74.007	83.175
Serviços do Sistema Financeiro	14.982	17.402	14.982	17.402
Seguros ⁽ⁱⁱ⁾	8.625	10.999	10.004	11.246
Demais despesas antecipadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	21.398	17.452	30.890	26.044
Total	119.012	129.028	129.883	137.867
Circulante	12.905	27.819	18.255	30.083
Não circulante	106.107	101.209	111.628	107.784

⁽ⁱ⁾ Refere-se, basicamente, aos recursos aplicados na aceleração de negócios por de meios digitais na originação de operações de crédito no montante de R\$ 42.464 mil, e o restante do saldo refere-se a contratação de propagandas institucionais ainda não veiculadas. Cabe ressaltar que a partir de 1º de janeiro de 2025 a nova originação através de meios digitais passou a compor a taxa efetiva de juros da carteira de crédito.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

11. Investimentos

11.1. Participações em sociedades controladas diretamente

Empresas ⁽ⁱ⁾	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Total de ações		Participação %	Resultado Ajustado	Resultado de Participações em Controladas		Valor dos Investimentos	
			ON	PN			31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/12/2025
Financeira ⁽ⁱⁱⁱ⁾	307.464	598.254	23.710	15.660	96,04	8.441	8.106	9.291	574.563	562.312
BMI	82.028	145.066	4.042	423	92,53	3.703	3.426	2.546	134.230	131.794
MBC ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	-	134	-	-
MBD	19.250	22.721	113	-	100,00	357	357	(211)	22.721	22.364
Bem Aqui	106.929	203.710	14.648	-	100,00	75.396	75.396	28.912	203.710	128.314
Marketplace	133.300	266.861	43.000	-	100,00	84.570	84.570	73.844	266.861	182.291
DOMO	11.500	10.749	9.775	-	85,00	420	357	261	9.137	8.780
SANSA	8.770	4.474	6	-	0,43	42	-	(1)	19	19
COSEFI	18.408	29.366	11.548	-	20,23	497	101	81	5.942	5.841
Total							172.313	114.857	1.217.183	1.041.715

⁽ⁱ⁾ Empresas que tiveram as suas demonstrações contábeis intermediárias do período findo em 31/03/2026 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco Mercantil.

⁽ⁱⁱ⁾ Em 14/01/2026 o Banco Mercantil concluiu a operação de alienação da totalidade da participação societária detida na Mercantil do Brasil Corretora S.A. CTVM ("MB Corretora", "controlada"), correspondente a 99,99% do capital social da controlada, à vista, em condições usuais de mercado e em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Em 19 de fevereiro de 2026, após o processo de Oferta Pública de Aquisição (OPA) de ações de emissão de sua controlada Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, e o cancelamento de seu registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, o Banco adquiriu as ações em circulação detidas por acionistas minoritários pelo preço unitário de R\$ 15,72. Essa movimentação societária, que incluiu o resgate compulsório das ações remanescentes aprovado em Assembleia Geral Especial, resultou no aumento da participação direta e indireta do Banco no capital social total da controlada, elevando o percentual de 95,31% para 96,04%. Em 26 de março de 2026 foi aprovado o resgate compulsório das sobras de ações, liquidado pela Mercantil Financeira em 08 de abril de 2026 e simultaneamente as ações foram canceladas. O Banco passou a deter a partir desta data 100% das ações.

11.2. Outros Investimentos

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
CIP S.A. ⁽ⁱ⁾	16.286	16.286	16.286	16.286
Precpago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda. ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	4.500	4.500
Gyramais Tecnologia S.A.	-	-	1.940	1.940
Outros	224	226	224	347
Total	16.510	16.512	22.950	23.073

⁽ⁱ⁾ Nome fantasia: Nuclea.

⁽ⁱⁱ⁾ Aquisição da participação indireta pela Controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A. de 10% no capital social da Precpago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda, correspondendo a uma participação indireta de 9,25% pelo Banco Mercantil do Brasil S.A., aprovada pelo Bacen em 25/06/2025.

12. Imobilizado

12.1. Imobilizado próprio

a) Composição do Imobilizado próprio

Banco	Taxa	Custo	Depreciação	31/03/2026	31/12/2025
Imobilizado de uso					
Equipamentos de processamento de dados	20%	227.710	(172.913)	54.797	59.290
Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	116.749	(45.238)	71.511	72.446
Móveis e equipamentos	10%	91.854	(55.319)	36.535	36.623
Material em estoque	-	589	-	589	589
Total		436.902	(273.470)	163.432	168.948

Consolidado	Taxa	Custo	Depreciação	31/03/2026	31/12/2025
Imobilizado para Renda					
Terrenos	-	2.947	-	2.947	2.947
Edificações	4%	37	(29)	8	8
Imobilizado de uso		451.682	(276.033)	175.649	181.185
Equipamentos de processamento de dados	20%	228.097	(172.971)	55.126	59.638
Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	129.836	(47.554)	82.282	83.197
Móveis e equipamentos	10%	93.150	(55.508)	37.642	37.751
Material em estoque	-	599	-	599	599
Total		454.666	(276.062)	178.604	184.140

b) Movimentação do imobilizado próprio

Banco	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Material em estoque	Total
Saldo em 31/12/2025	59.290	72.446	36.623	589	168.948
(+) Adições	617	3.960	1.673	-	6.250
(+/-) Transferência	(4)	-	4	-	-
(-) Baixas	(215)	(888)	(11)	-	(1.114)
(-) Depreciação no período	(5.076)	(4.895)	(1.760)	-	(11.731)
(-) Baixas de Depreciação	185	888	6	-	1.079
Saldo em 31/03/2026	54.797	71.511	36.535	589	163.432

Consolidado	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Imobilizado para renda	Material em estoque	Total
Saldo em 31/12/2025	59.638	83.197	37.751	2.955	599	184.140
(+) Adições	617	4.503	1.686	-	-	6.806
(+/-) Transferência	(4)	-	4	-	-	-
(-) Baixas	(215)	(888)	(11)	-	-	(1.114)
(-) Depreciação no período	(5.095)	(5.418)	(1.795)	-	-	(12.308)
(-) Baixas de Depreciação	185	888	7	-	-	1.080
Saldo em 31/03/2026	55.126	82.282	37.642	2.955	599	178.604

12.2. Imobilizado de arrendamento

Os Bens de direito de uso referem-se a contratos de arrendamento de imóveis para utilização operacional, de agências e postos de atendimento. Não há contratos de subarrendamento fora do Grupo Mercantil.

a) Composição do Imobilizado de arrendamento

Bens de direito de uso	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Custo	454.040	446.692	500.953	493.664
Depreciação ⁽¹⁾	(71.169)	(50.853)	(74.784)	(52.685)
Total	382.871	395.839	426.169	440.979

⁽¹⁾ A depreciação é calculada com base na vida útil dos ativos que corresponde ao prazo de cada contrato de aluguel pactuado que variam de 60 a 300 meses.

b) Movimentação do imobilizado de arrendamento

Bens de direito de uso	Banco	Consolidado
Saldo em 31/12/2025	395.839	440.979
(+) Adições	46.225	46.225
(-) Baixas	(38.876)	(38.935)
(-) Depreciação no período	(26.727)	(28.510)
(-) Baixas de Depreciação	6.410	6.410
Saldo em 31/03/2026	382.871	426.169

13. Intangível

a) Composição do Intangível

Banco	Taxa	Custo	Amortização	31/03/2026	31/12/2025
Sistemas de Processamento de dados	20%	242.575	(98.628)	143.947	142.148
Licenças e Direitos de uso ⁽¹⁾	-	108.378	(44.491)	63.887	66.876
Sistemas de Segurança	20%	3.601	(3.091)	510	690
Outros Intangíveis	20%	1.138	(34)	1.104	1.239
Total		355.692	(146.244)	209.448	210.953

Consolidado	Taxa	Custo	Amortização	31/03/2026	31/12/2025
Sistemas de Processamento de dados	20%	244.260	(98.804)	145.456	143.741
Licenças e Direitos de uso ⁽¹⁾	-	108.396	(44.502)	63.894	66.888
Sistemas de Segurança	20%	3.601	(3.091)	510	690
Outros Intangíveis	20%	1.138	(34)	1.104	1.239
Total		357.395	(146.431)	210.964	212.558

⁽¹⁾ Amortização conforme prazo do contrato.

b) Movimentação do Intangível:

Banco	Sistemas de Processamento de dados	Licenças e Direitos de uso	Sistemas de Segurança	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2025	142.148	66.876	690	1.239	210.953
(+) Adições	14.347	13.179	-	261	27.787
(-) Baixas	(1.948)	(8.917)	-	(373)	(11.238)
(-) Amortização no período	(10.600)	(11.972)	(180)	(23)	(22.775)
(+) Baixas de Amortização	-	4.721	-	-	4.721
Saldo em 31/03/2026	143.947	63.887	510	1.104	209.448

Consolidado	Sistemas de Processamento de dados	Licenças e Direitos de uso	Sistemas de Segurança	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2025	143.741	66.888	690	1.239	212.558
(+) Adições	14.348	13.179	-	261	27.788
(-) Baixas	(1.948)	(8.917)	-	(373)	(11.238)
(-) Amortização no período	(10.685)	(11.975)	(180)	(23)	(22.863)
(+) Baixas de Amortização	-	4.719	-	-	4.719
Saldo em 31/03/2026	145.456	63.894	510	1.104	210.964

14. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

14.1. Depósitos

Banco	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2026	31/12/2025
À Vista	434.824	-	-	434.824	405.782
Poupança	101.288	-	-	101.288	105.612
Interfinanceiros	8.632	7.980	190.585	207.197	216.020
A Prazo	2.532.284	7.093.355	10.880.639	20.506.278	20.597.034
Outros	3.124	-	-	3.124	10.571
Total	3.080.152	7.101.335	11.071.224	21.252.711	21.335.019

Consolidado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2026	31/12/2025
À Vista	432.191	-	-	432.191	398.707
Poupança	101.288	-	-	101.288	105.612
Interfinanceiros	8.632	7.980	190.585	207.197	216.020
A Prazo	2.531.286	7.090.874	10.492.712	20.114.872	20.388.960
Outros	3.124	-	-	3.124	12.204
Total	3.076.521	7.098.854	10.683.297	20.858.672	21.121.503

14.2. Captação no Mercado Aberto

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Carteira Própria	18.326	12.857	18.326	-
Carteira de Terceiros	29.791	30.142	-	-
Total - Circulante	48.117	42.999	18.326	-

14.3. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Banco	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2026	31/12/2025
Letras Financeiras	31.650	2.097.460	4.968.502	7.097.612	5.588.408
Total	31.650	2.097.460	4.968.502	7.097.612	5.588.408

Consolidado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2026	31/12/2025
Letras Financeiras	31.650	2.097.460	4.968.502	7.097.612	5.588.408
Debêntures	-	-	1.585.059	1.585.059	1.583.571
Letras de Crédito do Agronegócio	3.572	13.681	-	17.253	25.762
Total	35.222	2.111.141	6.553.561	8.699.924	7.197.741

14.4. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

O saldo dos Instrumentos de dívida elegíveis a capital, no Banco e Consolidado, são como segue:

Descrição	Vencimento	Valor da operação	31/03/2026	31/12/2025
Letra Financeira Subordinada – Nível II	2026 a 2039	561.557	748.406	687.798
Letra Financeira Subordinada – Capital complementar	Perpétua	283.671	315.889	261.877
Total			1.064.295	949.675
Circulante			115.890	95.228
Não circulante			948.405	854.447

Do total das Letras Financeiras Subordinadas - Nível II, o montante de R\$ 444.668 está sendo utilizado na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

14.5. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Operações de captação no mercado	1.117.392	726.270	1.065.791	683.578
Depósitos	691.564	537.124	682.279	524.474
Despesas de LCA, LCI e LF	268.706	115.079	269.673	115.101
Despesas de Debêntures	-	-	58.804	35.694
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	147.402	66.284	46.433	1.458
Operações compromissadas	2.435	1.452	1.286	488
Outras	7.285	6.331	7.316	6.363
Operações de Empréstimos e Repasses	166	3.357	166	3.357
Total	1.117.558	729.627	1.065.957	686.935

15. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração acompanha regularmente o andamento das provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- Trabalhistas: são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- Cíveis: são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências.
- Fiscais: são registradas, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos trabalhistas, cíveis e fiscais são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

a) Composição das Provisões

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Cíveis	187.223	173.215	193.128	179.326
Trabalhistas	72.274	67.670	72.544	67.988
Fiscais ⁽¹⁾	63.308	62.912	73.550	75.484
Total – Não circulante	322.805	303.797	339.222	322.798

⁽¹⁾ Refere-se a questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- COFINS: majoração da alíquota de 3% para 4% e da majoração da base de cálculo.
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.
- SAT/RAT majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores e outros (Lei nº 9.876/99 - índice do FAP).
- PIS: Majoração da base de cálculo, instituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.
- ISS: A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

b) Movimentação das Provisões

Banco	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2025	173.215	67.670	62.912	303.797
Constituição / (Reversão)	60.268	14.676	(471)	74.473
Atualização Monetária	2.067	1.469	874	4.410
Liquidações / Atualização de depósitos	(48.327)	(11.541)	(7)	(59.875)
Saldos em 31/03/2026	187.223	72.274	63.308	322.805
Depósitos judiciais - vide nota nº 10.	17.863	26.789	72.123	116.775

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2025	179.326	67.988	75.484	322.798
Constituição / (Reversão)	61.795	14.724	(2.035)	74.484
Atualização Monetária	2.103	1.479	1.034	4.616
Liquidações / Atualização de depósitos	(50.096)	(11.647)	(933)	(62.676)
Saldos em 31/03/2026	193.128	72.544	73.550	339.222
Depósitos judiciais - vide nota nº 10.	20.474	27.650	83.794	131.918

c) Passivos Contingentes

O Banco possui ações de naturezas cíveis e detém ações tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não havia provisões constituídas, em observância à Resolução CMN nº 3.823/09 e Resolução CVM nº 72/22. O saldo das ações cíveis, no Banco e Consolidado, posicionam-se em R\$ 15.609 (R\$ 14.522 em 31 de dezembro de 2025). As ações tributárias, no Banco, totalizam R\$ 4.356 (R\$ 4.274 em 31 de dezembro de 2025), e no Consolidado R\$ 7.104 (R\$ 6.999 em 31 de dezembro de 2025).

Em 5 de novembro de 2024 foi publicada decisão do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF - 06) que deu provimento à remessa necessária à apelação da Fazenda Nacional no julgamento do processo de nº 1011346-45.2019.4.01.3800. Tal julgamento reverteu uma das sentenças favoráveis que havia reconhecido a coisa julgada do Banco e lhe garantia a não incidência de COFINS nos moldes da Lei nº 9.718/98. Contra tal decisão, foram opostos Embargos de Declaração, os quais foram admitidos pelo TRF - 06 em 17 de dezembro de 2024, atribuindo efeito suspensivo para impedir os efeitos do Acórdão. Em virtude dessa decisão, o Banco reclassificou o risco de perda do referido processo de remoto para possível. Não obstante a classificação de riscos aqui relatados, o Banco optou por adotar uma solução definitiva para o encerramento de 96% dos litígios de natureza tributária. Assim, em 23 de dezembro de 2025, o Banco celebrou transação tributária individual conjunta com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com relação a todos os processos administrativos e judiciais relacionados às controvérsias (i) sobre a incidência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras, nos termos da Lei nº 9.718/1998 e (ii) sobre incidência de IR/CSLL sobre a correção monetária do Balanço Patrimonial - IPC 89.

16. Outros Passivos

Descrição	Banco		Consolidado	Banco
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos ⁽ⁱ⁾	392.674	414.401	436.524	460.390
Obrigações por Convênios Oficiais	256.124	198.161	256.124	198.161
Sociais e Estatutárias	107.666	283.278	122.725	313.194
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	80.163	7.495	80.164	7.496
Provisão para Pagamentos a Efetuar	146.877	96.550	152.868	100.120
Credores Diversos	38.534	69.356	44.407	88.314
Cartão de Crédito ⁽ⁱⁱ⁾	81.383	66.344	81.383	66.344
Provisão para despesas administrativas	192.227	195.219	197.835	224.309
Outros	17.965	39.973	17.479	13.939
Total	1.313.613	1.370.777	1.389.509	1.472.267
Circulante	1.043.313	1.093.375	1.119.627	1.195.284
Não circulante	270.300	277.402	269.882	276.983

⁽ⁱ⁾ Refere-se, basicamente, aos Passivos de Arrendamento relativamente aos Bens de Direito de Uso (vide nota nº 12.2.)

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, a repasses às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil.

17. Patrimônio Líquido

17.1. Capital Social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, totalmente subscritas e integralizadas, da seguinte forma:

Banco	31/03/2026		31/12/2025	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ações Ordinárias	84.052.790	647.206	65.155.744	501.699
Ações Preferenciais	39.675.836	305.504	39.675.836	305.504
Total do capital subscrito e integralizado	123.728.626	952.710	104.831.580	807.203
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(348.500)	(3.830)	(348.500)	(3.830)
Total do capital em circulação	123.380.126	948.880	104.483.080	803.373

Conforme disposições estatutárias, o Capital social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Aumento de Capital

O Conselho de Administração do Banco, em reunião realizada em 23 de dezembro de 2025, aprovou aumento do capital social a ser efetivado dentro do limite do capital autorizado, por subscrição privada, no valor de, no mínimo, R\$ 300.000.007,76 (trezentos milhões e sete reais e setenta e seis centavos) e, no máximo, R\$ 500.000.004,14 (quinhentos milhões e quatro reais e catorze centavos), mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) cada uma, ao preço de emissão por ação de R\$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso III, da Lei das S.A. Informações adicionais estão disponíveis no site da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

Durante o período de exercício do direito de preferência no Aumento de Capital, encerrado em 02 de fevereiro de 2026 ("Prazo de Exercício do Direito de Preferência"), foram subscritas 17.329.373 (dezessete milhões, trezentas e vinte nove mil, trezentas e setenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) cada, emitidas pela Companhia, ao preço de R\$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), totalizando o valor de R\$ 457.148.859,74 (quatrocentos e cinquenta e sete milhões, cento e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais, setenta e quatro centavos), atingindo-se, portanto, valor superior ao mínimo estabelecido para o Aumento de Capital.

Durante o período de exercício do direito de subscrição de sobras de ações, que se iniciou em 5 de fevereiro de 2026 (inclusive) e terminou em 13 de fevereiro de 2026 (inclusive), foram subscritas 1.567.673 (um milhão, quinhentas e sessenta e sete mil, seiscentas e setenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), de emissão da Companhia, a um preço de emissão por ação de R\$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), totalizando um montante subscrito, durante o referido período de exercício do direito de subscrição de sobras, no valor de R\$ 41.355.213,74 (quarenta e um milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e treze reais, setenta e quatro centavos), cuja integralização ocorreu conforme procedimentos previstos no Segundo Aviso aos Acionistas.

Dessa forma, considerando tanto o período de exercício do direito de preferência, quanto o período de exercício do direito de subscrição de sobras, foram subscritas e integralizadas, no total, 18.897.046 (dezoito milhões, oitocentas e noventa e sete mil, quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), de emissão da Companhia, a um preço de emissão por ação de R\$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), totalizando um montante subscrito de R\$ 498.504.073,48 (quatrocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e quatro mil, setenta e três reais, quarenta e oito centavos), sendo o montante de R\$ 145.507.254,20 (cento e quarenta e cinco milhões e quinhentos e sete mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos) apropriados ao capital social e o montante de R\$ 352.996.819,28

(trezentos e cinquenta e dois milhões e novecentos e noventa seis mil e oitocentos e dezenove reais e vinte e oito centavos) sendo apropriados à reserva de capital.

Como restaram apenas 56.707 (cinquenta e seis mil, setecentas e sete) ações não subscritas, a administração submeteu ao Conselho de Administração da Companhia que homologou o Aumento de Capital parcial, com o cancelamento das ações remanescentes não subscritas, sem realização de leilão de sobras, tendo em vista o atingimento de valor superior ao Aumento de Capital Mínimo (conforme definido no Primeiro Aviso aos Acionistas). As frações de ações decorrentes do exercício do direito de preferência, do exercício do direito de subscrição das sobras ou rateio das ações foram desconsideradas.

O capital social da Companhia passou de R\$ 807.203.166,00 (oitocentos e sete milhões, duzentos e três mil, cento e sessenta e seis reais), dividido em 104.831.580 (cento e quatro milhões, oitocentas e trinta e uma mil, quinhentas e oitenta) ações, sendo 65.155.744 (sessenta e cinco milhões, cento e cinquenta e cinco mil, setecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias e 39.675.836 (trinta e nove milhões, seiscentas e setenta e cinco mil, oitocentas e trinta e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), para R\$ 952.710.420,20 (novecentos e cinquenta e dois milhões, setecentos e dez mil, quatrocentos e vinte reais, vinte centavos), dividido em 123.728.626 (cento e vinte três milhões, setecentas e vinte oito mil, seiscentas e vinte seis) ações, sendo 84.052.790 (oitenta e quatro milhões, cinquenta e dois mil, setecentos e noventa) ações ordinárias e 39.675.836 (trinta e nove milhões, seiscentas e setenta e cinco mil, oitocentas e trinta e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos). O Aumento de Capital foi homologado pelo Bacen em 06 de março de 2026.

Informações adicionais estão disponíveis no site da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no site da CVM (www.cvm.com.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

17.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76. Conforme mencionado na nota Eventos Subsequentes do Aumento de Capital, o valor de R\$ 352.996.819,28 foi apropriado à reserva de capital elevando o saldo de R\$ 43.374.979,60 para o montante de R\$ 396.371.748,88. O Aumento de Capital, com a respectiva constituição de reserva de capital, foi homologado pelo Bacen em 06 de março de 2026.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

17.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Banco	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	273.100	240.544
(-) Reserva Legal	(13.655)	(12.027)
Base de Cálculo	259.445	228.517
Juros s/ capital próprio (bruto) provisionados	78.916	69.509
(-) IRRF relativo aos juros s/ capital próprio	(13.810)	(10.426)
Juros s/ capital próprio (líquido) provisionados	65.106	59.083
Percentual dos juros s/ capital próprio sobre a base de cálculo	25,1%	25,9%

17.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	31/03/2026	31/03/2025
Número médio e final de ações	84.052.790	39.327.336	123.380.126	104.483.080
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	84.052.790	39.327.336	123.380.126	104.483.080
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	186.050	87.050	273.100	240.544
Lucro básico por ação	2,2135	2,2135	2,2135	2,3022

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

17.5 Pagamento Baseado em Ações

a) Plano de Outorga de Ações Restritas

Em 26 de novembro de 2025 o Banco Mercantil aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia ("Plano"), voltado para os diretores estatutários e não estatutários e empregados em posições chave no Banco e Empresas Controladas.

No âmbito do Plano de Ações Restritas, poderão ser outorgadas ações restritas que deem direito ao recebimento de ações ordinárias de emissão do Banco ("Ações Restritas ON"), e/ou ações restritas que deem direito ao recebimento de ações preferenciais de emissão do Banco ("Ações Restritas PN"). As ações decorrentes das ações restritas a serem outorgadas no âmbito do Plano representarão, no máximo, 10% do capital social total da Companhia, considerado em bases totalmente diluídas, o qual poderá ser ajustado nos termos do Plano, podendo ser outorgadas tanto Ações Restritas ON, quanto Ações Restritas PN, sem guardar proporção entre as espécies.

Em 3 de março de 2026, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Outorga de Ações Restritas, destinado exclusivamente a Diretores Estatutários.

b) Características do 1º Programa

Data de Outorga	Ações aprovadas (ON)	Vesting	Valor Justo na Outorga (por ação)	Participantes
20/03/2026	4.300.000	Até 5 anos	R\$ 64,89	Diretores Estatutários

- **Critério de Vesting:** A aquisição do direito ocorre de forma escalonada: 25% no 1º, 2º e 3º aniversários da primeira outorga; e respectivamente 15% no 4º aniversário; e 10% no 5º aniversário.
- **Período de Restrição:** Após a entrega, as ações ficam sujeitas uma restrição de negociação (*lock-up*) por um período adicional de 5 anos.
- **Precificação:** O valor justo das ações foi determinado pelo valor de mercado cotado na data de sua outorga.

c) Impacto no Resultado

No trimestre findo em 31 de março de 2026, o Banco reconheceu o montante de R\$ 2.334 a título de despesa de benefícios a empregados vinculada a este plano, registrada na rubrica "Despesas de Pessoal".

Adicionalmente, conforme a Resolução CMN nº 5.177/2024, 50% da remuneração variável dos administradores é paga por meio de instrumentos compatíveis com a criação de valor a longo prazo, sendo direcionada à aquisição de quotas de Fundo de Investimento em Ações do Banco.

18. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

18.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Renda de Intermediação de negócios ⁽¹⁾	67.893	-	332.739	144.620
Tarifas bancárias	31.836	45.911	31.859	45.937
Serviços de arrecadação	3.177	1.115	3.177	1.115
Rendas de serviços prestados a ligadas	1.758	2.372	-	-
Cobrança	554	640	554	640
Administração de fundos de investimentos	-	-	903	648
Outros	513	9289	2.667	9750
Total	105.731	59.327	371.899	202.710

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, a receitas de serviços de intermediações de seguros e assistências gerados pelo Banco e através de empresas controladas.

18.2. Despesas de pessoal

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Proventos	90.351	82.078	98.405	88.000
Encargos sociais	33.924	28.372	40.189	31.856
Benefícios	29.618	26.047	31.545	27.353
Honorários	27.452	22.918	42.872	31.714
Participações no lucro	17.700	16.625	18.219	17.492
Total	199.045	176.040	231.230	196.415

18.3. Despesas administrativas

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Serviços de terceiros	162.085	100.853	146.566	98.224
Processamento de dados	85.990	62.354	84.496	58.865
Amortização e depreciação	61.233	51.431	63.681	52.620
Propaganda, publicidade e publicações	21.445	16.781	22.715	17.002
Comissão de Originação	15.915	16.415	19.240	19.033
Transportes	13.444	13.005	13.444	13.019
Materiais, manutenção e conservação de bens	11.459	8.105	12.612	8.379
Seguros	7.969	7.139	8.183	7.331
Serviços do sistema financeiro	4.321	6.676	4.521	6.770
Comunicações	3.979	2.885	3.979	2.966
Água, Energia e Gás	3.973	4.189	4.155	4.307
Outras	11.380	10.615	13.130	10.932
Total	403.193	300.448	396.722	299.448

18.4. Despesas tributárias

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
COFINS	56.850	43.111	78.509	52.831
PIS	9.238	7.006	13.680	9.022
ISSQN	3.974	2.971	11.468	6.649
Outros tributos	1.955	3.409	3.266	4.496
Total	72.017	56.497	106.923	72.998

18.5. Outras receitas operacionais

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Recuperação de encargos e despesas	17.340	8.765	17.579	9.037
Variações monetárias ativas	7.809	5.638	20.320	10.836
Reversão de provisões	22.575	15.668	22.687	15.676
Outras receitas operacionais	16.967	10.241	16.980	10.543
Total	64.691	40.312	77.566	46.092

18.6. Outras despesas operacionais

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ⁽ⁱ⁾	227.905	203.876	227.905	203.876
Despesas de caráter eventual ⁽ⁱⁱ⁾	25.636	11.403	26.907	12.527
Variações monetárias passivas	4.410	5.247	4.616	5.608
Outras despesas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	42.922	55.332	44.376	58.333
Total	300.873	275.858	303.804	280.344

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, a despesas de cashback.

18.7. Reversões / (Despesas) de provisões

Descrição	Banco		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Cíveis	(60.268)	(35.383)	(61.795)	(36.800)
Trabalhistas	(14.676)	(7.793)	(14.724)	(7.680)
Fiscais	471	-	2.035	(50)
Total	(74.473)	(43.176)	(74.484)	(44.530)

18.8. Resultados não recorrentes

Em 31 de março de 2026 e 2025, não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

19. Transações entre Partes Relacionadas

19.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, conforme segue:

NOTAS EXPLICATIVAS

Ativo	Prazo máximo	31/03/2026	31/12/2025
Aplicações em DI ⁽ⁱ⁾		387.861	367.076
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	387.861	358.129
Mercantil Financeira S.A.	-	-	8.947
Títulos e Valores Mobiliários ⁽ⁱⁱ⁾		469.445	424.909
OPEA	24/10/2035	469.445	424.909
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾		572	861
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	30/04/2026	41	63
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	30/04/2026	130	131
COSEFI	30/04/2026	26	26
Domo Digital Tecnologia S.A.	30/04/2026	10	11
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	30/04/2026	8	7
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	30/04/2026	-	26
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	30/04/2026	12	30
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	30/04/2026	77	77
Mercantil Financeira S.A.	30/04/2026	175	407
SANSA	30/04/2026	3	3
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	30/04/2026	10	10
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	30/04/2026	10	10
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	30/04/2026	10	10
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	30/04/2026	10	10
Viva Notícias Ltda.	30/04/2026	10	10
Assistência Pet Nacional Ltda.	30/04/2026	10	10
Assistência Conecta Saúde Ltda.	30/04/2026	10	10
Total Assistência Previdenciária Ltda.	30/04/2026	10	10
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	30/04/2026	10	-
Dividendos / JCP a Receber		-	15.342
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Sem prazo	-	2.660
Mercantil Financeira S.A.	Sem prazo	-	12.480
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	Sem prazo	-	110
COSEFI	Sem prazo	-	92

⁽ⁱ⁾ Refere-se as aplicações do Banco por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se às Cotas subordinadas das Debêntures retidas pelo banco emitidas pela OPEA que tem como lastro direitos creditórios de crédito consignado cedidos pelo Banco Mercantil.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, aos valores a receber de sociedades ligadas, decorrente do Contrato de Compartilhamento de Despesas, que compreende o reembolso de custos de gestão e administração devidos pela prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros.

NOTAS EXPLICATIVAS

Passivo	Prazo máximo	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos ^(I)		(1.115.610)	(940.494)
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	(1.059)	(1.259)
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	-	(155.017)	(85.231)
COSEFI	-	(28.607)	(28.541)
Domo Digital Tecnologia S.A.	-	(8.334)	(7.616)
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	-	(6.620)	(6.559)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	-	(197)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	-	(30)	(130)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	(147.736)	(28.559)
Mercantil Financeira S.A.	-	(1.363)	(982)
SANSA	-	(2.576)	(2.532)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	-	(9.211)	(11.409)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	-	(13.085)	(11.539)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	-	(9.615)	(32.443)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	-	(13.006)	(33.094)
Viva Notícias Ltda.	-	(6.759)	(7.422)
Assistência Pet Nacional Ltda.	-	(11.239)	(13.387)
Assistência Conecta Saúde Ltda.	-	(8.000)	(8.388)
Total Assistência Previdenciária Ltda.	-	(8.727)	(14.479)
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	-	(8.559)	-
Lar Assistencia Ltda.	-	(9.822)	-
Pessoal Chave da Administração	-	(666.245)	(646.727)
Captações no Mercado Aberto		(29.791)	(42.998)
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	-	(8.566)
Mercantil Financeira S.A.	-	(7.672)	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	-	(12.857)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	-	(22.119)	(21.575)
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão ^(II)		(2.012.252)	(1.832.936)
OPEA	24/10/2035	(2.012.252)	(1.832.936)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas		(2.930)	(28.410)
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	30/04/2026	-	(19.140)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	30/04/2026	-	(17)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	30/04/2026	(558)	(7.429)
Mercantil Financeira S.A.	30/04/2026	(419)	(419)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	30/04/2026	(112)	(133)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	30/04/2026	(332)	(133)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	30/04/2026	(15)	(295)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	30/04/2026	(336)	(300)
Viva Notícias Ltda.	30/04/2026	(197)	(106)
Assistência Pet Nacional Ltda.	30/04/2026	(224)	(159)
Assistência Conecta Saúde Ltda.	30/04/2026	(197)	(106)
Total Assistência Previdenciária Ltda.	30/04/2026	(11)	(173)
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	30/04/2026	(197)	-
Lar Assistencia Ltda.	30/04/2026	(332)	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ^(III)		(2.644)	(2.874)
Pessoal Chave da Administração	-	(2.644)	(2.874)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital ^(IV)		(8.493)	(7.420)
Pessoal Chave da Administração	-	(8.493)	(7.420)
Dividendos / JCP a Pagar		(58.296)	(117.377)
Pessoal Chave da Administração	-	(58.296)	(117.377)

^(I) Refere-se aos saldos de contas correntes e aplicações em depósitos a prazo, à vista e poupança de ligadas e controladores mantidas no Banco.

NOTAS EXPLICATIVAS

^(II) Refere-se à obrigação decorrente da operação de cessão de direitos creditórios sem coobrigação e com retenção de riscos realizados com a OPEA.

^(III) Refere-se às aplicações de Controladores em Letras Financeiras e LCA mantidas no Banco.

^(IV) Refere-se às aplicações de Controladores em Letras Financeiras Subordinadas mantidas no Banco.

Receitas / (Despesas)	31/03/2026	31/03/2025
Resultado da Intermediação Financeira ^(I)	(125.901)	(78.413)
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	12.807	7.810
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	(3.496)	(6.022)
COSEFI	(966)	(823)
Domo Digital Tecnologia S.A.	(226)	(151)
MB FII	-	(30)
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	(218)	(152)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	(103)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	(737)	(626)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	(3.589)	(7.723)
Mercantil Financeira S.A.	(323)	3.124
OPEA	(100.987)	(64.858)
SANSA	(85)	(70)
Altavis Plataforma de Bem Estar Ltda.	(306)	(317)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	(372)	(321)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	(595)	(318)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	(667)	(324)
Viva Notícias Ltda.	(197)	-
Assistência Pet Nacional Ltda.	(369)	-
Assistência Conecta Saúde Ltda.	(250)	-
Total Assistência Previdenciária Ltda.	(337)	-
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	(161)	-
Lar Assistencia Ltda.	(92)	-
Pessoal Chave da Administração	(24.735)	(7.509)
Receitas de Prestação de Serviços ^(II)	1.773	2.382
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	125	121
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A..	395	399
COSEFI	79	80
Domo Digital Tecnologia S.A.	32	32
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	25	18
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	0	69
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	36	78
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	235	236
Mercantil Financeira S.A.	576	1.221
SANSA	10	8
Altavis Plataforma de Bem Estar Ltda.	30	30
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	30	30
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	30	30
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	30	30
Viva Notícias Ltda.	30	-
Assistência Pet Nacional Ltda.	30	-
Assistência Conecta Saúde Ltda.	30	-
Total Assistência Previdenciária Ltda.	30	-
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	20	-
Outras Despesas Administrativas	(31.270)	(12.727)
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A. ^(III)	(19.326)	(4.895)
Domo Digital Tecnologia S.A. ^(IV)	(11.919)	(7.701)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	(106)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	(25)	(25)
Outras Despesas Operacionais	(500)	-
Banco Mercantil de Investimentos S.A..	(500)	-

^(I) Refere-se à remuneração das aplicações financeiras (Poupança, Depósito a Prazo, LCA e Letras Financeiras) mantidas no Banco pelas empresas Ligadas e Controladores.

^(II) Refere-se ao somatório dos valores mensais recebidos ou a receber de ligadas referente ao Contrato de Compartilhamento de Despesas que compreende o reembolso de custos de gestão e administração devidos pela prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros.

^(III) Refere-se, basicamente, aos valores pagos à Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A. referente a prestação de serviços de correspondente bancário.

^(IV) Refere-se aos valores pagos à Domo Digital Tecnologia S.A. referente ao pagamento de custos de Processamento de Dados.

19.2. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

20. Planos de Benefícios

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 23/04/2026, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 197.000.

A remuneração dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria e participações nos lucros (vide nota nº 18.2.).

Até 31 de março de 2026, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17.5, o Banco instituiu o Plano de Outorga de Ações Restritas. Em 3 de março de 2026, foi aprovado o 1º Programa de Outorga, destinado exclusivamente aos Diretores Estatutários.

No trimestre findo em 31 de março de 2026, o Banco reconheceu o montante de R\$ 2.334 a título de despesa de remuneração baseada em ações para seus administradores, em conformidade com as diretrizes da Resolução CMN nº 5.177/24 (que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras).

As ações outorgadas possuem prazo de carência (vesting) de até 5 anos e estão sujeitas a restrições de negociação (lock-up) por período adicional de 5 anos após a entrega, visando o alinhamento de interesses a longo prazo e a gestão de riscos, conforme exigido pela regulamentação vigente.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

21. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes

das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros e de capital é centralizada na Diretoria de Riscos e *Compliance*, englobando não apenas os dados do banco, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Mercantil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site: www.bancomercantil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Capital do Mercantil compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de Capital, em conformidade com os objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco é compatível com o modelo de negócio e ao perfil de riscos da Instituição, o que possibilita uma avaliação consistente das necessidades de Capital para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A Instituição faz o gerenciamento da sua estrutura de capital por meio dos mecanismos e procedimentos formalizados em sua Política Institucional de Gerenciamento de Capital.

Dentre as atividades de gerenciamento contínuo do capital, tem-se o acompanhamento dos indicadores de Capital conhecido como Basileia III, adotado pelo Bacen por intermédio da Resolução CMN nº 4.958/21, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Capital Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP).

O quadro abaixo demonstra a apuração dos Indicadores de Capital:

Limites Operacionais e Índice de Basileia	31/03/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência - PR	3.267.298	2.566.562
Patrimônio de Referência Nível I	2.822.630	2.126.814
Capital Principal – CP	2.506.741	1.864.937
Capital Complementar - CC	315.889	261.877
Patrimônio de Referência Nível II	444.668	439.748
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	20.385.937	18.966.362
Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	18.169.278	16.925.922
Risco de Mercado - RWA_{mpad}	35.709	38.981
Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	2.180.950	2.001.459
Índice de Basileia	16,0%	13,5%
Capital de Nível I	13,8%	11,2%
Capital Principal	12,3%	9,8%

Conforme amplamente divulgado em fato relevante e aviso aos acionistas do dia 23 de dezembro de 2025, o Banco com o objetivo de recompor sua margem de capital aos níveis anteriores à transação celebrada com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)

comunicou o aumento de capital privado de R\$ 300.000 a R\$ 500.000 visando a continuidade do crescimento apresentado pelo Banco Mercantil nos últimos anos. Após os trâmites regulatórios no dia 24 de fevereiro de 2026 o Conselho de Administração aprovou o aumento de Capital de R\$ 498.504 já integralizados no Banco e homologado pelo Bacen em 06 de março de 2026 (vide nota explicativa n.º 17.1.).

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 19,91% (19,32% em dezembro de 2025).

- Razão de Alavancagem

Em atendimento à Resolução BCB nº 478/25, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

b) Gerenciamento do risco de crédito

Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.557/17, entende-se por risco de crédito, a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. Além disso, também caracteriza como risco de crédito a reestruturação de instrumentos financeiros, além dos custos de recuperação de exposições enquadradas como ativos problemáticos.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva Jurídica, de Ouvidoria, Crédito e Governança Corporativa, em conjunto à Superintendência de Ativos, que possuem todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Mercantil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial, sempre perseguindo o apetite a riscos definido na RAS (*Risk Appetite Statement*), em linha com as estratégias de negócio da instituição. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, dentre outros.

Engloba também o gerenciamento de risco de crédito: a apuração da perda esperada de operações de crédito com base em metodologia estatística robusta, testada e validada por auditoria independente; o cálculo da parcela de risco de crédito (RWAcpad) do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO); a realização de *backtesting* para avaliação do enquadramento e suficiência do provisionamento constituído pela instituição; além de projeções da despesa de provisão e da inadimplência com uso de técnicas estatísticas em conjunto com as premissas definidas no orçamento corporativo.

Por fim, destaca-se também a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas, desenquadramentos ou inadequações em relação ao apetite a riscos da instituição.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

c) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: "mapa de descasamento dos fluxos" e "movimentação diária de produtos". O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*. Além disso, o Mercantil adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do Saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Mercantil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em previsões orçamentárias aliadas a observações de séries históricas de comportamento de produtos da carteira de crédito e de *funding*, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Mercantil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

d) Gerenciamento do risco de mercado

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/19, entende-se por risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos em carteira pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se nas instruções do Banco Central para o IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem adotada para mensuração e alocação de capital leva em consideração as métricas EVE (*Economic Value of Equity*) e NII (*Net Interest Income*), respeitando as diretrizes dadas pela Circular Bacen nº 3.876/18, alterada pela Circular Bacen nº 3.938/19.

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Na métrica NII, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente, a citar Resolução CMN nº 4.557/17 e Circular Bacen nº 3.876/18.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente a alta administração.

De modo complementar, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Mercantil utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos principais instrumentos financeiros consolidados:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.523.859	1.455.559	68.300	-	1.523.859
Títulos e Valores Mobiliários	1.523.859	1.455.559	68.300	-	1.523.859
Ao valor justo por meio do resultado	81.271	-	2.900	78.371	81.271
Títulos e Valores Mobiliários	81.271	-	2.900	78.371	81.271
Ao custo amortizado	31.330.933	877.293	28.806.676	503.587	30.187.556
Depósitos no Banco Central do Brasil	877.293	877.293	-	-	877.293
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.170.166	-	6.170.166	-	6.170.166
Operações de Crédito e Outros Créditos	24.027.160	-	22.636.510	247.273	22.883.783
Outros Ativos Financeiros	256.314	-	-	256.314	256.314
Total em 31/03/2026	32.936.063	2.332.852	28.877.876	581.958	31.792.686
Total em 31/12/2025	31.498.611	2.530.390	30.010.878	1.351.765	33.893.033

Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ao custo amortizado	32.370.712	533.479	1.926.738	29.910.495	32.370.712
Depósitos	20.858.672	533.479	207.197	20.117.996	20.858.672
Captações no Mercado Aberto	18.326	-	-	18.326	18.326
Relações Interfinanceiras	84.075	-	84.075	-	84.075
Obrigações por Operações de Cessão	1.635.466	-	1.635.466	-	1.635.466
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	8.699.924	-	-	8.699.924	8.699.924
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.064.295	-	-	1.064.295	1.064.295
Outros Passivos Financeiros	9.954	-	-	9.954	9.954
Total em 31/03/2026	32.370.712	533.479	1.926.738	29.910.495	32.370.712
Total em 31/12/2025	30.601.989	504.319	1.544.594	28.553.076	30.601.989

- Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Resolução CVM nº 121/22 que aprova o CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado, bem como os Instrumentos Financeiros Derivativos e os respectivos objetos de *hedge*.

O Mercantil, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger, parcialmente, os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os Instrumentos Financeiros Derivativos existentes no Banco, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário I:** Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros a 13,84% ao ano.

- **Cenário II:** Consiste numa situação com variação de **25%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/03/2026 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 10,48% ao ano.
- **Cenário III:** Consiste numa situação com variação de **50%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/03/2026 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 6,99% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Operação	Efeito na variação do Valor Justo		Cenários		
	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
<i>Hedge Accounting</i>	Taxa de Juros	Operações de Crédito (ponta ativa)	(4.456)	115.390	239.006
	Prefixada ⁽¹⁾	Derivativo (ponta passiva futuro)	4.460	(115.486)	(239.209)
		Efeito Líquido	4	(96)	(203)
		Debêntures	(1.374)	(687)	(1.374)
		Nota Comercial	(19)	(950)	(1.901)
TVM	Renda Fixa	CDCA	(39)	(1.924)	(3.848)
		CRI	(3.768)	(9.908)	(19.816)
		CRA	(7.521)	(4.290)	(8.580)
	Cota de Fundo	FIDC	116	(3.006)	(6.008)
FIAGRO		6	(308)	(613)	
Total com correlação			(12.595)	(21.169)	(42.343)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(6.927)	(11.643)	(23.289)

⁽¹⁾ A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de *hedge* são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente da taxa de juros doméstica nos cenários II e III. Além disso, destaca-se que, o *hedge accounting* garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Mercantil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

e) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e conseqüente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação e avaliação dos riscos e controles utilizando-se de testes sobre o desenho e a efetividade operacional dos

controles e por fim, a estratégia de resposta ao risco residual – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento. Neste sentido é importante destacar que os riscos identificados seguem a categorização da legislação vigente.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil, possibilitando a identificação dos motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os principais motivos geradores de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes. O processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade, com processo estruturado de segmentação, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No grupo Mercantil, o cálculo da parcela do RWAopad utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, abrange todas as empresas do Conglomerado Prudencial, e busca garantir o funcionamento da Instituição a níveis aceitáveis na ocorrência de crises que, porventura, venham a interromper suas atividades. Para isso, os processos identificados e classificados como críticos na visão da continuidade dos negócios têm suas contingências planejadas e testadas, visando reduzir o impacto dos incidentes. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas. O escopo de atuação da Gestão de Continuidade no Mercantil engloba três pontos de atuação: Continuidade de Tecnologia; Continuidade dos Pontos de Atendimento e; Continuidade de Negócios (Administração Central).

Para garantir essa resiliência, o Mercantil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência Operacional, atualizados periodicamente e divulgados de forma a garantir seu acionamento quando necessário, contemplando também toda a estrutura de recursos e pessoal disponibilizada para a continuidade dos negócios. Ainda neste contexto, destacamos o Plano de Contingência Corporativo do Conglomerado que possui foco em cenários de indisponibilidade que podem afetar o atendimento ao cliente e serviços prestados.

f) Gerenciamento dos riscos Social, Ambiental e Climático

O Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático no Mercantil dá-se a partir do uso de ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos sociais, ambientais e climáticos inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do Risco Social no Mercantil contempla o contínuo monitoramento de pessoas inclusas em listas restritivas de trabalho análogo à escravidão divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, bem como de pessoas que apresentam algum tipo de medida cautelar vigente aplicada pela Anvisa, cujas atividades econômicas exercidas sejam de elevado risco sanitário. Os clientes que apresentarem tais apontamentos passam a ter alçada decisória mínima na análise julgamental de propostas de negócios.

Quanto à gestão do Risco Ambiental, a sua mitigação é realizada a partir da inclusão do restritivo alerta ambiental para as pessoas responsáveis pela recuperação de áreas contaminadas ou degradadas, bem como aos proprietários de imóveis embargados por práticas em desacordo com a regulamentação ambiental. Também são realizadas avaliações das garantias imobiliárias e de imóveis oriundos de processos de liquidação de dívidas. Importante destacar que, todos os imóveis urbanos submetidos a esses processos, possuem laudo de indícios de contaminação do solo.

No que tange ao risco climático, é aplicada a régua de sensibilidade deste risco sobre a carteira de crédito da Instituição. Com ela, o Mercantil é capaz de identificar, a partir de critérios de relevância (natureza das atividades e qualidade das carteiras) e proporcionalidade (participação da carteira sobre o total da carteira de crédito), quais são os setores econômicos e as partes interessadas mais sensíveis ao risco climático.

Ademais, o Mercantil atribui aos seus clientes Classificação de Exposição aos Riscos Social, Ambiental e Climático, que varia de "A" (maior risco) a "C" (menor risco), com a prevalência da pior classificação parcial entre categorias. Aqueles clientes que apresentam alta exposição, são tratados em alçada mínima do Comitê de Crédito, obedecendo os cortes de valores para atingir a alçada final do Comitê Superior de Crédito.

O Mercantil realiza ainda o acompanhamento dos clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como de seus saldos aplicados em produtos de *funding* e as contrapartes dos investimentos em aplicações interfinanceiras e TVMs. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Mercantil, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas aos riscos social e ambiental no início do relacionamento com o cliente e adota critérios no processo de concessão e gestão do crédito, bem como, na relação da Instituição com terceiros, a qual é embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito social, ambiental e climático.

22. Outras Informações

- a) Fundos de investimento – a gestão dos fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.
- b) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.
- c) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.
- d) Demonstrações Financeiras em IFRS - A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, estão obrigadas a elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). De acordo com a norma, todas as instituições devem adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

O Banco Mercantil divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes a 31 de março de 2026 simultaneamente a estas informações no site (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo o disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no site da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

BANCO MERCANTIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Andrade de Araújo – Presidente
Mauricio de Faria Araujo – Vice-Presidente
André Luiz Figueiredo Brasil – Secretário

Clarissa Nogueira de Araújo
Daniel Henrique Alves da Silva
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Leonardo Ferreira Antunes
Luiz Henrique Andrade de Araújo
Marco Cesar de Castro Bravo

CONSELHO FISCAL

Ângela Mourão Cançado Juste
Euler Luiz de Oliveira Penido
Marcelo Rezende Amorim
Taise Christine da Cruz
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Glaydson Ferreira Cardoso
Lauro Wilson da Silva
Carlos Augusto da Silva
Daniel Henrique Alves da Silva

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Luiz Henrique Andrade de Araújo
Diretor Vice-Presidente Executivo
Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretores Vice-Presidentes

Bruno Pinto Simão
Felipe Lopes Boff
Paulino Ramos Rodrigues

Diretores Executivos

Anderson Adeilson de Oliveira
Carolina Marinho do Vale Duarte
Gregório Moreira Franco
Mariana Machado de Araujo de Souza Lima
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

Diretores

Lucas Lopes Kubiaki
Rodrigo de Araújo Simões

CONTADOR

Anderson Guedes Inocência
CRC – MG 077029/O-7

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do **Banco Mercantil do Brasil S.A. – “Banco”**, declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do **Banco**, relativas ao período findo em 31 de março de 2026, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., resultante do procedimento de auditoria realizado nas referidas demonstrações.

Belo Horizonte/MG, 5 de maio de 2026.

Diretor-Presidente

Luiz Henrique Andrade de Araújo

Diretor Vice-Presidente Executivo (CEO)

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretores Vice-Presidentes

Bruno Pinto Simão

Felipe Lopes Boff

Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

Paulino Ramos Rodrigues

Diretores Executivos

Anderson Adeilson de Oliveira

Carolina Marinho do Vale Duarte

Gregório Moreira Franco

Mariana Machado de Araújo de Souza Lima

Diretores

Lucas Lopes Kubiaki

Rodrigo de Araújo Simões



BANCO
MERCANTIL